

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Inf ALBERTO DANÚBIO MANFRA JÚNIOR

**A perspectiva de participação de tropa brasileira na
MONUSCO: oportunidades x riscos**



Rio de Janeiro

2019

Maj Inf ALBERTO DANÚBIO **MANFRA** JÚNIOR

A perspectiva de participação de tropa brasileira na MONUSCO: oportunidades x riscos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Orientador: Cel Inf Nelson Angelo de Oliveira

Rio de Janeiro
2019

Maj Inf ALBERTO DANÚBIO **MANFRA** JÚNIOR

A perspectiva de participação de tropa brasileira na MONUSCO: oportunidades x riscos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em 22 de novembro de 2019.

COMISSÃO AVALIADORA

Nelson Angelo de Oliveira - Cel Inf - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Marcos Luiz da Silva Del Duca - Ten Cel Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Luiz Antônio Freire de Paiva Júnior - Ten Cel Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

AGRADECIMENTOS

Ao Cel Inf Nelson Angelo de Oliveira, meu prezado orientador neste trabalho científico, pelo tempo precioso dedicado à leitura, à correção, ao direcionamento, à motivação e às orientações prestadas, sempre no sentido de alcançar o melhor resultado possível.

Aos militares e civis com experiência em Operações de Paz da ONU, em particular sobre a MONUSCO e a RDC, que participaram voluntariamente da pesquisa realizada.

À minha querida noiva Daniela, pelo carinho, incentivo, dedicação, contribuição com a pesquisa e, principalmente, pela paciência durante as inúmeras horas de minha ausência para que este trabalho fosse realizado.

"We fight for them." (General SANTOS CRUZ, FC MONUSCO - de jun 2013 a dez 2015)

RESUMO

O Brasil tem um histórico bastante expressivo de participação nas missões de paz da ONU. Recentemente, o país liderou a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) por mais de 10 anos (2004 a 2017), cedendo contingentes de tropa, oficiais de estado-maior e o comandante das forças durante todo o período da missão. O sucesso alcançado naquela missão refletiu-se em prestígio do Brasil junto à ONU. Este pode ser considerado um dos fatores que levaram ao convite das Nações Unidas para que os generais brasileiros Santos Cruz e Elias chefiassem o componente militar da Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), respectivamente, nos períodos de 2013 a 2015 e de 2018 a 2019. Com o encerramento da MINUSTAH, novas expectativas passaram a surgir sobre o próximo destino para os “capacetes-azuis” do Exército Brasileiro (EB). Uma das possibilidades aventadas é o envio de tropas do país para a República Democrática do Congo (RDC). Implementada em 1999, a Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC) transformou-se em MONUSCO em 2010 e, em 2013, foi significativamente robustecida com a criação da Brigada de Intervenção. Esta já foi a maior missão de paz da ONU no mundo, em efetivos e orçamentos, e, atualmente, ainda está entre as três principais e maiores missões de paz da ONU em andamento no mundo. As oportunidades para o Brasil, no caso da decidir-se enviar um contingente militar para a RDC, são diversas e bastante relevantes, com destaque para a projeção de poder, o aumento de prestígio na ONU e o aumento da capacidade de dissuasão, além de possibilitar experiências práticas, em missão real, para os militares do EB, bem como representar uma “janela de oportunidade” para novos ganhos estruturais envolvidos na superação das necessidades logísticas e operacionais para o cumprimento da missão em um outro continente. Em contrapartida, riscos de toda ordem também poderão ser previstos, como a MONUSCO encerrar-se em um tempo curto demais para que os gastos envolvidos sejam considerados compensadores, além da alta periculosidade desta missão, em particular, que apresenta números expressivos de mortes de soldados da ONU em combate contra grupos rebeldes, que têm perpetrado ataques deliberados, emboscadas e atos terroristas, além do ambiente operacional inóspito, sujeito, por exemplo, à doenças como o ebola. Desta maneira, este trabalho objetivou elencar outras considerações e percepções de oportunidades advindas do envio de um contingente de tropa do Brasil para MONUSCO, além daquelas mais óbvias, bem como de riscos e vulnerabilidades que poderão acometer o país e as tropas brasileiras ao envolverem-se neste cenário. Por fim, concluiu-se que é viável o Brasil participar da MONUSCO com o envio de um contingente militar, mesmo que os riscos estudados e apontados sejam bastante relevantes, uma vez que os ganhos político estratégicos e as oportunidades tática operacionais sobrepujam as possíveis perdas. Assim, se o país quiser ocupar espaço de maior protagonismo no concerto das nações, uma das formas de fazer isto é aumentar seu engajamento em matéria de contribuição para o esforço coletivo internacional de busca da paz.

Palavras-chave: Exército Brasileiro. Missões de Paz. MONUSCO. ONU.

ABSTRACT

Brazil has a very significant track record of participating in UN peacekeeping missions. The country recently led the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH) for more than 10 years (2004-2017), providing troop contingents, senior officers and commander of forces throughout the mission period. The success of this mission reflected Brazil's prestige with the UN. It can be considered one of the factors that led to the United Nations invitation for Brazilian generals Cruz and Elias to head or military component of the United Nations Stabilization Mission in the Democratic Republic of Congo (MONUSCO), respectively, in the periods from 2013 to 2015 and 2018 to 2019. With the closure of MINUSTAH, the new expectations came after the next destination for the "blue helmets" of the Brazilian Army. One of the possibilities is sending troops from the country to the Democratic Republic of Congo (DRC). Implemented in 1999, a United Nations Mission in the Democratic Republic of Congo (MONUC) became MONUSCO in 2010 and in 2013 was robust with the creation of the Intervention Brigade. This was once the largest UN peacekeeping mission in the world in terms of staff and budgets, and is currently still among the top three and largest UN peacekeeping missions in the world. As opportunities for Brazil, in case of deciding to send a military contingent to the DRC are diverse and quite relevant, with emphasis on power projection, increased prestige in the UN and increased deterrence, and possible practical experiences, in real mission, for the Brazilian militaries, as well as displaying a "window of opportunity" for the new participants, who had the participation of overcoming the logistical and operational needs to fulfill the missions in another continent. On the other hand, the risks of the entire order can also be predicted, as MONUSCO closes in too short a time for expenditures that are considered compensating, in addition to the high risk of this particular mission, which presents the significant numbers of soldier deaths. in the fight against rebel groups, who carry out deliberate attacks, ambushes and terrorist acts, as well as the harsh operating environment, subject, for example, to diseases such as Ebola. Thereby, this paper aims to include other considerations and perceptions of consequential opportunities to send a contingent of troops from Brazil to MONUSCO, further of the most obvious things, as well as risks and vulnerabilities that affect the country and the Brazilian troops at the same scenario. Finally, it concluded that it is feasible for Brazil to participate in MONUSCO by sending a military contingent, even if the risks studied and pointed out are quite relevant, given that the political strategic and the tactical strategic opportunities on the gains practiced. Therefore, if the country wishes to occupy a more prominent space in the concert of nations, one of the ways to do so is to increase its involvement in matters that contribute to the international collective peace-seeking effort.

Keywords: Brazilian Army. Peacekeeping Missions. MONUSCO. UN.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Militares do EB em missão de caráter individual sob a égide da ONU (DEZ 2017)	26
Figura 2 –	Gastos do governo brasileiro e repasses da ONU para a MINUSTAH e UNIFIL (2012)	58
Figura 3 –	Gastos do governo brasileiro e repasses da ONU para a MINUSTAH e UNIFIL (U\$ milhões)	58
Figura 4 –	Número de baixas fatais por missão de paz da ONU (2013 – 2017)	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRABAT	Batalhão Brasileiro
CCOPAB	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
COTer	Comando de Operações Terrestres
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DOPAZ	Destacamento de Operações de Paz
DPKO	Departamento de Operações de Manutenção da Paz
EB	Exército Brasileiro
FA	Forças Armadas
FARDC	Forças Armadas da República Democrática do Congo
FIB	Brigada de Intervenção
MD	Ministério da Defesa
MEM	Material de Emprego Militar
MINUSTAH	Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti
MONUC	Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo
MONUSCO	Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo
MRE	Ministério das Relações Exteriores
ONUC	Operação das Nações Unidas no Congo
ONU	Organização das Nações Unidas
Op Paz	Operação de Paz
PEB	Política Externa Brasileira
RDC	República Democrática do Congo
UNEF	Força de Emergência das Nações Unidas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	PROBLEMA.....	13
1.2	OBJETIVOS.....	13
1.2.1	Objetivo geral	13
1.2.2	Objetivos específicos	14
1.3	SUPOSIÇÃO.....	14
1.4	VARIÁVEIS.....	14
1.5	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	15
1.6	RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	15
2	METODOLOGIA	17
2.1	TIPO DE PESQUISA.....	17
2.2	UNIVERSO E AMOSTRA.....	17
2.3	COLETA DE DADOS.....	17
2.4	TRATAMENTO DOS DADOS.....	18
2.5	LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....	18
3	OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU	19
3.1	CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS.....	19
3.2	HISTÓRICO DAS MISSÕES DE PAZ DA ONU.....	21
3.3	PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS MISSÕES DE PAZ DA ONU.....	23
4	MONUSCO	28
4.1	HISTÓRICO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO.....	28
4.2	IMPLEMENTAÇÃO DA MONUC.....	30
4.3	TRANSFORMAÇÃO DA MONUC EM MONUSCO.....	31
4.4	IMPLEMENTAÇÃO DA BRIGADA DE INTERVENÇÃO.....	32
5	ASPECTOS POSITIVOS (OPORTUNIDADES) DE UMA FUTURA PARTICIPAÇÃO DE TROPA DO BRASIL NA MONUSCO	34

5.1	ASPECTOS POSITIVOS (OPORTUNIDADES) PARA O PAÍS (NÍVEL POLÍTICO ESTRATÉGICO).....	34
5.2	ASPECTOS POSITIVOS (OPORTUNIDADES) PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO (NÍVEL OPERACIONAL E TÁTICO).....	45
6	VULNERABILIDADES (RISCOS) DE UMA FUTURA PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA MONUSCO	57
6.1	VULNERABILIDADES (RISCOS) PARA O PAÍS (NÍVEL POLÍTICO ESTRATÉGICO).....	57
6.2	VULNERABILIDADES (RISCOS) PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO (NÍVEL OPERACIONAL E TÁTICO).....	64
7	CONCLUSÃO	69
	REFERÊNCIAS	72
	ANEXO ALFA	75
	ANEXO BRAVO	80
	ANEXO CHARLIE	92

1 INTRODUÇÃO

Desde a criação da ONU, o Brasil sempre desempenhou papel destacado como país contribuinte com tropa para missões de paz, angariando o respeito internacional por atender ao chamado de zelar pela paz mundial. Assim, da participação na UNEF (1957 a 1967) até a participação na MINUSTAH (2004 a 2017), milhares de soldados brasileiros serviram sob a égide das Nações Unidas.

Com o encerramento da MINUSTAH, em 2017, aguarda-se o surgimento de novas possibilidades de emprego de tropa brasileira em missões de paz. O processo todo não é simples e notícias recentes aventaram demanda da ONU por contribuição do Brasil com contingentes para missões de paz na África¹.

O fato do General de Divisão Carlos Alberto dos Santos Cruz ter chefiado o componente militar da MONUSCO por dois anos e seis meses (2013 a 2015), bem como a mesma, desde 2018, ter seu componente militar chefiado pelo General de Divisão Elias Rodrigues Martins Filho, ambos generais do Exército Brasileiro, traz a reflexão sobre a perspectiva de participação do Brasil nesta missão como país contribuinte com tropa. A escolha de prestigiados oficiais generais do EB para o posto de *Force Commander*² de uma das maiores missões de paz da ONU no mundo, na atualidade, ao mesmo tempo que projeta a elevada capacidade do EB, traz o questionamento, imediato e inevitável, acerca de uma possível participação de tropas do Brasil na mesma missão.

Contudo, a tentativa de traçar um paralelo entre a MINUSTAH e a MONUSCO para, dessa forma, projetar o cenário de uma nova missão de paz para as tropas brasileiras é, além de simplista, praticamente descabida. Destaca-se, por exemplo, a implementação inédita na história da ONU, em 2013, da Brigada de Intervenção, tropa com incumbência de realizar operações ofensivas dentro do escopo do mandato da MONUSCO, fato completamente fora do contexto da MINUSTAH.

Em 2018 e 2019, os entendimentos entre a ONU e o Brasil na definição da nova missão para os capacetes azuis brasileiros têm avançado. Desbancando

1 Matéria publicada no site da Revista Exame, em 30 de agosto de 2017: <https://exame.abril.com.br/brasil/proxima-missao-do-brasil-sob-mandato-da-onu-tera-mais-riscos>.

2 Designação, em inglês, para o cargo de Comandante do Componente Militar de uma Missão de Paz da ONU. Devido ao uso consagrado de tal designação, neste trabalho, em todas as oportunidades que for necessário citar tal relevante cargo, será utilizada a forma em inglês.

outras opções previamente ventiladas, como as missões de paz no Mali, no Sudão do Sul e na República Centro-Africana, ao que tudo indica, a MONUSCO poderá ser a próxima missão de paz com participação de tropas brasileiras³.

1.1 PROBLEMA

Uma vez o Brasil ter liderado a MINUSTAH com reconhecido destaque internacional, bem como o país ter tradição de participação em missões de paz sob a égide da ONU, com experiências de emprego de tropa na África (Angola e Moçambique) e, principalmente, ser possuidor de notória vontade política em contribuir para a manutenção da paz mundial, infere-se que a perspectiva existente, de atender à demanda da ONU para o envio de contingente militar brasileiro à República Democrática do Congo, é bastante concreta.

Diante desse cenário, o presente trabalho de conclusão de curso foi desenvolvido em torno do seguinte problema: quais aspectos de uma futura participação de tropa brasileira na MONUSCO poderão constituir oportunidades para o Brasil e para o Exército Brasileiro, bem como, em contrapartida, quais poderão constituir riscos?

1.2 OBJETIVOS

O objetivo que norteou esta pesquisa foi estabelecido de forma separada e destacada. Assim, este trabalho apresentou um objetivo geral e três objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo geral

Analisar as possíveis consequências de uma participação do Brasil na MONUSCO, como país contribuinte com tropa, concluindo sobre as oportunidades e os riscos decorrentes, bem como quanto a viabilidade, ou não, da participação de tropa do Brasil na citada missão de paz da ONU.

³ Matéria publicada no site Defesanet, em 10 de abril de 2018: <http://www.defesanet.com.br/onu/noticia/28955/Exclusivo-ONU-%E2%80%93-Brasil-ira-para-a-RD-Congo---MONUSCO>; e Entrevista do Presidente da República Jair Bolsonaro ao Jornal da Record após discurso na ONU, em 24 de setembro de 2019: disponível em https://www.youtube.com/watch?v=yRe_usiomCs&t=204s.

1.2.2 Objetivos específicos

A fim de viabilizar a consecução do objetivo geral deste trabalho, foram formulados, e atingidos, alguns objetivos específicos, a fim de permitir o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo, os quais são elencados em seguida:

a) identificar os aspectos positivos no campo político estratégico, para o Brasil, no âmbito do sistema internacional, bem como as oportunidades (ganhos) para o Exército Brasileiro, em razão de uma participação com tropa na MONUSCO; e

b) identificar as vulnerabilidades no campo político estratégico, para o Brasil, no âmbito do sistema internacional, bem como os riscos para o Exército Brasileiro, em razão de uma participação com tropa na MONUSCO.

1.3 SUPOSIÇÃO

A participação de tropa do Brasil na MONUSCO representará uma excepcional oportunidade de ganhos em diferentes níveis: do tático operacional ao político estratégico. Em que pese o enorme desafio representado por uma vasta gama de vulnerabilidades e riscos, tal participação será capaz de proporcionar distinta e relevante projeção do país no cenário internacional, bem como possibilitará fortalecer, substancialmente, muitas das capacidades militares terrestres do EB.

1.4 VARIÁVEIS

As variáveis do presente estudo tiveram por finalidade verificar as oportunidades e os riscos decorrentes do emprego de tropa do Brasil na MONUSCO.

As variáveis independentes foram as resoluções do CSNU específicas para o mandato da MONUSCO e o cenário atual da crise vivenciada na República Democrática do Congo (RDC). As variáveis dependentes foram a vontade política brasileira de enviar um novo contingente militar para missão de paz na África, a composição de meios (material e pessoal) deste contingente, e as necessidades logísticas e financeiras consequentes.

A medição das variáveis independentes foi realizada pela verificação, nas resoluções do CSNU e no cenário atual da RDC, das possibilidades, limitações, óbices e vulnerabilidades que possam ser antevistos. Já as variáveis dependentes foram medidas por meio da Política Externa Brasileira (PEB), pelo levantamento dos meios necessários para tal desdobramento militar, bem como seus respectivos “gargalos” logísticos e orçamentais.

Dessa forma, foi possível verificar a viabilidade da participação de tropa do Brasil na MONUSCO, em função da análise das oportunidades e riscos envolvidos em tal cenário.

1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A pesquisa abrangeu o período de julho de 2010 – início do mandato da MONUSCO (substituta da MONUC) – até os dias atuais, perpassando os períodos em que o componente militar da missão esteve sob o comando do General Santos Cruz (2013 a 2015) e sob o comando atual do General Elias (a partir de 2018). Ainda, o presente trabalho buscou projetar uma perspectiva futura de emprego de tropa do Exército Brasileiro na MONUSCO até o segundo semestre de 2020 (iniciando o desdobramento).

1.6 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A relevância desta proposta de pesquisa esteve apoiada nos seguintes aspectos:

a) produção de conhecimento útil, a fim de contribuir com processos decisórios futuros a cerca da viabilidade de emprego de tropa brasileira em missões de paz sob a égide da ONU, em contextos de imposição da paz, caso da MONUSCO;

b) identificação das principais oportunidades para o Brasil, no campo político estratégico, e especificamente para o EB, no campo operacional e tático, consequentes da participação em missões de paz robustas, caso da MONUSCO; e

c) da mesma forma, identificação dos principais riscos.

Em suma, a proposta desta pesquisa é, atualmente, bastante relevante para o Brasil e para o Exército Brasileiro, com base nos fatores acima elencados e,

principalmente, em razão do encerramento da MINUSTAH, em outubro de 2017, fato que proporcionou um repentino esvaziamento da contribuição brasileira com tropas para missões de paz da ONU.

2 METODOLOGIA

2.1 TIPO DE PESQUISA

O presente estudo foi realizado, principalmente, por meio de pesquisa bibliográfica, pois baseou-se na investigação sobre os assuntos relacionados à possibilidade do envio de contingente militar brasileiro para MONUSCO, em documentos oficiais do Estado Brasileiro e da ONU, livros, manuais, revistas e artigos de acesso livre ao público em geral, incluindo aqueles disponibilizados pela rede mundial de computadores.

2.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo do presente estudo foi constituído pelas resoluções do CSNU para o mandato da MONUSCO, pelo cenário atual da RDC, pelas sinalizações da PEB em relação à participação brasileira em novas missões de paz e por estudos do EB a cerca do assunto.

As amostras foram constituídas por todos documentos sobre o tema, possíveis de serem reunidos, das respectivas instituições: ONU, MRE, MD, EB; bem como toda publicação de fonte confiável disponível na rede mundial de computadores e, ainda, de grande valor, as experiências dos militares brasileiros que tiveram a oportunidade de servir em missões de paz sob a égide da ONU, quer inseridos na tropa, quer em cumprimento de missão individual, como observadores militares ou oficiais de estado-maior.

2.3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados do presente trabalho de conclusão de curso realizou-se por meio de pesquisa bibliográfica na literatura disponível, tais como livros, manuais, revistas especializadas, jornais, artigos, monografias, teses e dissertações, impressos ou disponíveis na internet, sempre atento aos requisitos pertinentes ao assunto.

Além disso, foram realizadas entrevistas com militares, e civis, com experiência prática e/ou teórica a cerca do tema.

Dessa forma, foram levantadas as bases teóricas para as conclusões – alvo dos objetivos delineados, bem como para a comprovação da suposição levantada.

2.4 TRATAMENTO DOS DADOS

O método de tratamento de dados utilizado no presente estudo foi a análise de conteúdo, realizado-se estudos qualitativos de textos e entrevistas com pessoas diretamente ligadas aos assuntos em estudo, a fim de se obter a fundamentação teórica para as conclusões e comprovação da suposição levantada.

2.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

A metodologia em questão possuiu o fator tempo como grande limitador. Assim, o trabalho foi realizado em, aproximadamente, oito meses, de modo que o alcance dos objetivos propostos teve que ser, de certa forma, simplificado.

3 OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU

Tão antiga quanto a ONU, as operações de paz sob a égide desta organização têm exercido relevante papel na manutenção da estabilidade do sistema internacional, desde os finais dos anos 1940.

As operações de paz das Nações Unidas são um instrumento singular e dinâmico, desenvolvido pela Organização para ajudar os países devastados por conflitos a criar as condições para alcançar uma paz permanente e duradoura. (ONU, 2019a)

Para que seja possível aprofundar o assunto em questão, faz-se necessário apresentar a Carta das Nações Unidas, documento mãe da organização mundial mais relevante da atualidade. Assim, será dedicada uma seção deste capítulo para sua abordagem.

Em seguida, será apresentado um histórico das missões de paz da ONU já encerradas e, também, daquelas que ainda estão em curso.

Por fim, encerrando este capítulo, será explorada a participação do Brasil nas missões de paz da ONU.

3.1 CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS

A Carta das Nações Unidas, assinada em 26 de junho de 1945, celebrou a criação da Organização das Nações Unidas, uma nova instituição internacional com o intuito de preservar a paz e atuar em prol do desenvolvimento de todas as nações do mundo.

NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla.

E PARA TAIS FINS, praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição dos métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum, a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos.

RESOLVEMOS CONJUGAR NOSSOS ESFORÇOS PARA A CONSECUÇÃO DESSES OBJETIVOS. Em vista disso, nossos respectivos

Governos, por intermédio de representantes reunidos na cidade de São Francisco, depois de exibirem seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, concordaram com a presente Carta das Nações Unidas e estabelecem, por meio dela, uma organização internacional que será conhecida pelo nome de Nações Unidas. (ONU, 1945, p. 3)

O contexto, à época, era do final da Segunda Guerra Mundial. O cenáriourgia por garantias de uma paz duradoura, capaz de permitir a recuperação daqueles que foram assolados pela guerra, por diferentes motivos: doentes, feridos, mutilados, refugiados, deslocados, miseráveis, atingidos direta ou indiretamente pelas consequências devastadoras do conflito na economia, na infraestrutura dos países, nas divisões políticas e relações sociais decorrentes em muitas partes do mundo.

A nova organização surgia, também, para substituir o fracasso na manutenção da paz mundial, que decretara o fim da Liga das Nações. Tal instituição havia sido criada logo após o final da Primeira Guerra Mundial, em 1919, e, antes mesmo de completar duas décadas de existência, tinha sido incapaz de assegurar o equilíbrio das divergências entre as nações do planeta.

Assim, a Carta das Nações Unidas foi pensada, arquitetada e redigida com o propósito de corrigir os erros que levaram ao insucesso da Liga das Nações. Além de muitas novas disposições legais na constituição da ONU, a participação dos Estados Unidos da América, ao contrário do que fora na Liga das Nações, dessa vez de forma integral e protagonista, com a devida aprovação pelo Congresso americano, bem como a criação do Conselho de Segurança, com advento de um núcleo duro formado por países-membros permanentes (EUA, URSS, Reino Unido, França e China), foram significativas alterações que transformaram a ONU na entidade atual, prestes a completar 75 anos de existência.

Art. 24 A fim de assegurar pronta e eficaz ação por parte das Nações Unidas, seus membros conferem ao Conselho de Segurança a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais e concordam em que no cumprimento dos deveres impostos por essa responsabilidade o Conselho de Segurança aja em nome deles. (ONU, 1945, p. 20)

[...]

Art. 39 O Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão, e fará recomendações ou decidirá que medidas deverão ser tomadas de acordo com os artigos 41 e 42, a fim de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. (ONU, 1945, p. 29)

Cabe aqui reforçar que, como inserido no preâmbulo da Carta, no intuito de manter a paz, os estados-membros comprometeram-se a unir forças e a usá-las apenas no interesse comum: “[...] unir as nossas forças para manter a paz e a

segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição dos métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum [...]” (ONU, 1945, p. 3).

Dessa maneira, dentre os novos dispositivos citados acima, que objetivaram robustecer a recente organização, a Carta das Nações Unidas instituiu, em seu artigo 42, o emprego de força militar internacional para solução de conflitos:

Art. 41 O Conselho de Segurança decidirá sobre as medidas que, sem envolver o emprego de forças armadas, deverão ser tomadas para tornar efetivas suas decisões e poderá convidar os membros das Nações Unidas a aplicarem tais medidas. Estas poderão incluir a interrupção completa ou parcial das relações econômicas, dos meios de comunicação ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos, radiofônicos, ou de outra qualquer espécie e o rompimento das relações diplomáticas.

Art. 42 No caso de o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no artigo 41 seriam ou demonstraram que são inadequadas, poderá levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos membros das Nações Unidas.

(ONU, 1945, p. 30)

Portanto, a partir da Carta das Nações Unidas, o arcabouço preliminar de amparo ao uso da força, para evitar ameaças à paz e segurança internacionais, fora delineado, permitindo o desdobramento das operações de paz que seguiram-se durante a segunda metade do século passado e, também, já nestas primeiras duas décadas do século XX.

A seguir, dando prosseguimento neste capítulo, será apresentado um histórico das missões de paz da ONU.

3.2 HISTÓRICO DAS MISSÕES DE PAZ DA ONU

No site da ONU Brasil é possível encontrar uma abordagem resumida, mas muito bem elaborada sobre o que são as operações de paz, bem como suas origens, evoluções e enorme relevância destas para o mundo em que vivemos.

As operações de paz das Nações Unidas são um instrumento singular e dinâmico, desenvolvido pela Organização para ajudar os países devastados por conflitos a criar as condições para alcançar uma paz permanente e duradoura. A primeira operação de paz das Nações Unidas foi estabelecida em 1948, quando o Conselho de Segurança autorizou a preparação e o envio de militares da ONU para o Oriente Médio para monitorar o Acordo de Armistício entre Israel e seus vizinhos árabes. Desde então, 63 operações de paz das Nações Unidas foram criadas. (ONU, 2019a)

Nestes mais de setenta anos, desde que foram criadas, as operações de paz evoluíram significativamente. Se antes, no contexto da Guerra Fria, os objetivos das missões resumiam-se a manutenção de cessar-fogo e alívio de tensões sociais, atualmente as missões expandiram e assumiram objetivos muito maiores e complexos. Surgiram, assim, as missões “multidimensionais”, abarcando grande quantidade de tarefas (suporte à instituição de governos e reformas setoriais, monitoramento dos direitos humanos, e execução de programas de desarmamento, desmobilização e reintegração de ex-combatentes, por exemplo).

A natureza dos conflitos também mudou ao longo dos anos. Originalmente desenvolvidas como uma maneira de lidar com conflitos internacionais, as operações de paz têm atuado cada vez mais em conflitos intranacionais e guerras civis. Embora a força militar permaneça como o suporte principal da maioria das operações, atualmente as missões contam com administradores e economistas, policiais e peritos em legislação, especialistas em desminagem e observadores eleitorais, monitores de direitos humanos e expertos em governança e questões civis, trabalhadores humanitários e técnicos em comunicação e informação pública. (ONU, 2019a)

Como pode ser lido acima, desde a primeira Operação de Paz da ONU, em 1948, 63 (sessenta e três) missões deste tipo já foram implementadas pela Organização, na África, nas Américas, na Ásia e Pacífico, na Europa e no Oriente Médio.

Assim, a ONU vem atuando em conflitos e pós-conflitos, buscando dirimir arestas entre contendores e promover a tão utópica paz no mundo. Sua atuação perpassa todos os campos do poder, mas tem sido no campo militar a de maior visibilidade. (BRASIL, 2019b)

As missões de paz das Nações Unidas continuam a evoluir, tanto conceitualmente como operacionalmente, para responder a novos desafios e realidades políticas. Frente a crescente demanda por missões cada vez mais complexas, a ONU, nos últimos anos, tem sido cobrada e desafiada como nunca. A Organização tem trabalhado vigorosamente para fortalecer sua capacidade de administrar e sustentar as operações e, deste modo, contribuir para sua mais importante função: manter a segurança internacional e a paz mundial. (ONU, 2019a)

No Anexo ALFA, deste trabalho, é possível verificar todas as missões de paz implementadas pela ONU, de 1948 a 2018. Atualmente, 14 (quatorze) destas missões ainda estão em andamento e o Brasil participa de 9 (nove) delas, como será abordado na seção a seguir.

3.3 PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS MISSÕES DE PAZ DA ONU

Das missões listadas no Anexo ALFA, o Brasil participou de 38 (trinta e oito), tendo colaborado com a presença de mais de 30 mil militares em missões individuais (observadores militares e oficiais de estado-maior) e/ou com tropa (contingente). (BRASIL, 2019b)

Na sequência deste estudo, e já tratando de situá-lo no contexto brasileiro, cabe apresentar o tema “Missões de Paz” tal qual o mesmo é apresentado no site do EB⁴:

[...] Assim, a primeira participação do Exército Brasileiro ocorreu em 1947, quando observadores militares foram enviados para os Balcãs. Durante as décadas de 50 e 60, viria a participar com efetivos maiores, integrando forças internacionais de paz, sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) no Oriente Médio e da Organização dos Estados Americanos no Caribe. A mais longa missão foi no Oriente Médio (UNEF) e durou de 1957 a 1967, com a participação de 600 homens, em média, que se revezaram em 20 contingentes. Nas décadas seguintes, foram bastante reduzidas as missões, até reiniciarem em 1989, quando inúmeras foram abertas. Em 1994, foram enviadas tropas (uma companhia) para auxiliar a manutenção da paz em Moçambique. Em setembro de 1995, o Exército enviou para Angola um contingente composto por mais de mil homens (um batalhão, uma companhia de engenharia e um posto de saúde). Nos últimos anos, militares brasileiros vêm prestando serviços às Nações Unidas, como observadores, na África, na América Central, na Europa, e na Ásia, e cooperando para a solução pacífica do conflito fronteiriço entre o Equador e o Peru. [...] A participação em missões de paz vem trazendo crescente prestígio à política externa e ao Exército Brasileiro, aumentando a projeção nacional no cenário mundial. (BRASIL, 2019a)

O Brasil destaca-se internacionalmente pela significativa participação em operações de paz sob a égide da ONU, seja pelo número de missões para as quais o país enviou tropas e observadores militares, seja pela qualidade do trabalho realizado.

Desde o envio de um Batalhão de Infantaria para o Suez, em 1957, até os dias atuais, o Brasil participou com o envio de contingentes para 6 (seis) operações de paz ao longo da história. Abaixo, tem-se a lista cronológica destas missões:

1- Primeira Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I) – SUEZ

Estabelecida em 1956 em razão da crise no Canal de Suez, entre Israel, Egito e demais países árabes vizinhos, o Brasil participou desta missão de paz com o efetivo de um Batalhão de Infantaria, revezando 20 (vinte) contingentes do EB a

⁴ Disponível em: <http://www.eb.mil.br/missoes-de-paz>.

cada semestre, entre 1957 e 1967. Entre outras tarefas, a missão principal das tropas era patrulhar a linha de fronteira demarcada entre árabes e israelenses, e realizar ações de desminagem. Segundo apresentação do COTer, “[...] cerca de 6 mil homens participaram, em revezamento, do Batalhão Suez durante seus dez anos de presença no Sinai. O retorno definitivo das forças ao Brasil se deu em 13 de junho de 1967, após a Guerra dos Seis Dias.” (BRASIL, 2019b)

2- Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ) – MOÇAMBIQUE

Estabelecida em 1992 para dar suporte à implementação do Acordo de Paz em Moçambique, o Brasil participou desta missão, de janeiro de 1993 a dezembro de 1994, com observadores militares, policiais e o efetivo de uma Companhia de Infantaria (esta, a partir de julho de 1994). Além destes, o *Force Commander* da ONUMOZ, de fevereiro de 1993 a fevereiro de 1994, também foi brasileiro. “Foi a primeira vez na história militar brasileira que o Brasil desdobrou tropas em outro continente com meios de suas próprias Forças Armadas, demonstrando ao mundo a capacidade brasileira de projetar poder em pouco período de tempo.” (BRASIL, 2019b)

3- Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM) – ANGOLA

Estabelecida em dezembro de 1988 para dar suporte ao processo de paz em Angola, o Brasil participou desta missão e das seguintes (UNAVEM II e UNAVEM III), que iniciaram-se em sequência. Na UNAVEM I (1989 a 1991), o Brasil contribuiu com observadores militares e, ainda, exerceu o comando do contingente de observadores. Na UNAVEM II (1991 a 1995), o Brasil aumentou sua contribuição com observadores militares e, ainda, enviou oficiais médicos, enfermeiros e observadores eleitorais (funcionários do Tribunal Superior Eleitoral). Na UNAVEM III (1995 a 1997), a participação brasileira tornou-se mais robusta, contribuindo com o envio de um Batalhão de Infantaria, uma Companhia de Engenharia, dois Postos de Saúde Avançados e Oficiais para comporem o Estado-Maior do comando da missão. Durante a UNAVEM III, que por dois anos foi a maior operação de paz da ONU no mundo, o Brasil chegou a ser o maior contribuinte com tropas para a missão e o quarto maior contribuinte com tropas da ONU. (BRASIL, 2019b)

4- Missão Integrada das Nações Unidas no Timor-Leste (UNMIT) – TIMOR-LESTE

Estabelecida em 1999 em razão da crise no Timor-Leste, o Brasil participou desta missão, inicialmente contribuindo com o efetivo de um Pelotão de Polícia do Exército e um Oficial de Estado-Maior (neste primeiro momento, compondo uma Força Multinacional, ainda sem o escopo de uma operação de paz da ONU). Em seguida, com a situação se degenerando, o CSNU aprovou o início da UNMIT e o Brasil aderiu a mesma, vindo a enviar 11 (onze) contingentes para a missão até o seu encerramento em 2005. (BRASIL, 2019b)

5- Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) – LÍBANO

Estabelecida em 1978 para confirmar a retirada das Forças Israelenses do sul do Líbano e dar suporte ao processo de paz, bem como à retomada da autoridade do Governo Libanês na região, a missão teve o seu mandato ampliado, em 2006, após a 2ª Guerra do Líbano. Assim, foi criada a Força-Tarefa Marítima, pertencente à UNIFIL, para evitar a entrada, pelo mar, de armamento não autorizado pelo Governo Libanês, por meio de Operações de Interdição Marítima e a fim de auxiliar a Marinha Libanesa no treinamento de pessoal. Em novembro de 2011, o Brasil aderiu a missão e teve o primeiro navio de guerra da Marinha do Brasil incorporado a uma missão de paz da ONU. “[...] primeira e única Missão de Paz da Organização das Nações Unidas a contar com uma Força-Tarefa Marítima, atualmente comandada pela Marinha do Brasil.” (BRASIL, 2019b)

6- Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) – HAITI

Estabelecida em 2004 para dar suporte ao processo de recuperação da paz (manutenção de um ambiente seguro e estável) e apoiar o Governo de Transição, após grave crise interna no Haiti, o Brasil participou desta missão, desde o seu início, com o Comando da Missão (*Force Commander* e Oficiais de Estado-Maior), e efetivos de um Batalhão de Infantaria e uma Companhia de Engenharia.

Típica da nova geração de operações de paz da ONU, ou seja “multidimensional”, a MINUSTAH foi incumbida de inúmeras tarefas:

Para auxiliar no monitoramento, reestruturação e reforma da Polícia Nacional do Haiti; Para ajudar com programas abrangentes e sustentáveis de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR); Para ajudar na restauração e manutenção do estado de direito, segurança pública e ordem pública no Haiti; Para proteger pessoal, instalações, instalações [sic] e equipamentos das Nações Unidas e para proteger civis sob ameaça iminente de violência física; Para apoiar os processos constitucionais e

políticos; Para auxiliar na organização, monitoramento e realização de eleições municipais, parlamentares e presidenciais gratuitas e justas; Para apoiar o Governo de Transição, bem como instituições e grupos de direitos humanos haitianos em seus esforços para promover e proteger os direitos humanos; E monitorar e relatar a situação dos direitos humanos no país. (BRASIL, 2019b)

Assim, a missão tornou-se bastante complexa e, a cada ano seguinte, teve o seu mandato ajustado para adaptar-se às mudanças de circunstâncias no terreno e aos requisitos em evolução. Em outubro de 2017, a MINUSTAH encerrou o seu mandato, tendo retirado todo componente militar do Haiti e a MINUJUSTH foi estabelecida, uma nova missão a fim de acompanhar a paz no Haiti. (BRASIL, 2019b)

Além do envio de contingentes de tropa, um efetivo considerável de observadores militares brasileiros prestou seus serviços à ONU. Como citado anteriormente, mas faz-se conveniente reforçar, o Brasil já participou de 38 (trinta e oito) missões de paz da ONU. Ou seja, se esteve presente em 6 (seis) missões contribuindo com tropa, esteve em mais 32 (trinta e duas) outras, pelo menos, contribuindo com observadores e oficiais de estado-maior, cumprindo missão individual. Tais números demonstram a relevância da participação brasileira nas missões sob a égide da ONU.

Dados de dezembro de 2017 mostravam que 37 (trinta e sete) militares do Exército Brasileiro estavam a serviço da ONU, cumprindo missões de caráter individual, à época, como pode-se enxergar no mapa abaixo:

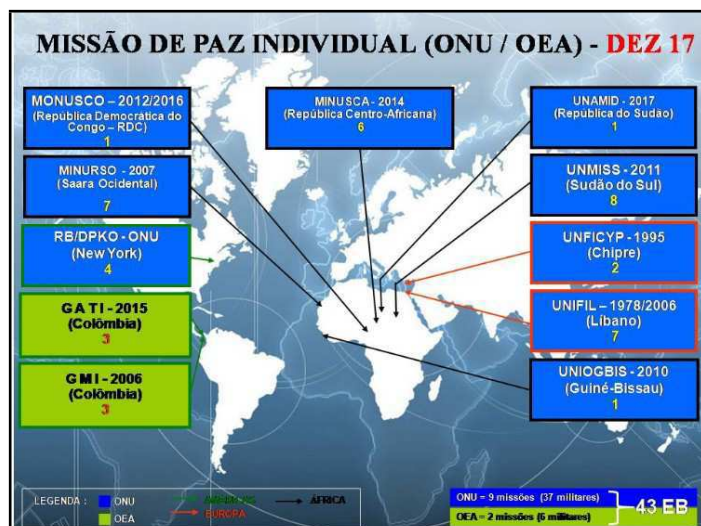


Figura 1 – Militares do EB em missão de caráter individual sob a égide da ONU (DEZ 2017)

Fonte: Site da Divisão de Misaão de Paz/COTer⁵

⁵ Disponível em: <http://www.coter.eb.mil.br/index.php/missao-individual-divmispaz>

Muito mais pode ser abordado sobre operações de paz, pois, afinal, trata-se de tema imensamente amplo e repleto de ensinamentos. Contudo, para ponto de partida, os aspectos aqui apresentados servirão de embasamento suficiente para o desenvolvimento das demais partes deste estudo.

Dessa maneira, a partir da próxima seção, será tratado especificamente da missão de paz da ONU foco deste estudo, qual seja, a MONUSCO.

4 MONUSCO

A Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) é, atualmente, a segunda maior operação de paz da ONU no mundo (ONU, 2019d).

Seus números são bastante significativos e dão conta da dimensão do desafio que representa esse grande esforço para estabilizar não apenas a RDC, mas todo seu entorno regional.

Antes de apresentar a missão, sua origem, implementação e desenvolvimento, será abordado, inicialmente, um pouco da história recente deste importante país, localizado no coração do continente africano.

4.1 HISTÓRICO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

A história da formação do Estado que hoje é oficialmente chamado de República Democrática do Congo (RDC), assim como a história do continente africano, é marcada pela colonização europeia, intensificada no século XIX, após a Conferência de Berlim (1884-1885).

O então, recém-criado, Estado Livre do Congo tornou-se propriedade particular do Rei Leopoldo II, da Bélgica, após a realização de hábeis manobras políticas e apelos socioculturais. E, assim, o Congo permaneceu sendo colônia belga, do final do século XIX até 1960, ano de sua independência.

A independência da RDC, em 1960, esteve inserida no mesmo contexto que levou à emancipação da maioria dos países africanos, nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial.

Muitas disputas pelo poder seguiram-se ato contínuo à independência da RDC. Assim, Patrice Lumumba, primeiro-ministro do jovem país recém independente, foi assassinado e Joseph Mobutu tornou-se o mandatário que conduziria o país, via regime ditatorial, por mais de 30 anos. Nesse período, o país passou a chamar-se Zaire, por decisão do próprio ditador.

Estabelecida como uma colônia oficial belga em 1908, a então República do Congo conquistou sua independência em 1960, mas seus primeiros anos foram marcados por instabilidade política e social. O coronel Joseph MOBUTU tomou o poder e declarou-se presidente em um golpe de novembro de 1965. Posteriormente, mudou seu nome - para MOBUTU Sese Seko - assim como o do país - para Zaire. MOBUTU manteve sua posição

por 32 anos através de várias eleições falsas, bem como através de força brutal. (EUA, 2019) (tradução nossa)

Nos anos 1990, o regime de Mobuto foi posto “em xeque” por novas disputas pelo poder que envolveram, inclusive, os países vizinhos num conflito chamado de “Primeira Guerra do Congo” (1996-1997). Como desfecho desta, caiu o regime do ditador Mobuto e assumiu Laurent-Desirè Kabila.

As lutas étnicas e a guerra civil, desencadeadas por um influxo massivo de refugiados dos combates em Ruanda e no Burundi, em 1994, levaram, em maio de 1997, à queda do regime MOBUTU por uma rebelião apoiada por Ruanda e por Uganda e liderada por Laurent KABILA. KABILA renomeou o país para República Democrática do Congo (RDC), mas em agosto de 1998 seu regime foi desafiado por uma segunda insurreição novamente apoiada por Ruanda e Uganda. Tropas de Angola, Chade, Namíbia, Sudão e Zimbábue intervieram para apoiar o regime da KABILA. (EUA, 2019) (tradução nossa)

Laurent Kabila tentou chefiar o Congo de forma a perpetuar-se no poder, mas logo passou a sofrer forte oposição interna, revoltas e a eclosão de um novo conflito, a “Segunda Guerra do Congo” (1998-2003). Durante esse período, Kabila acabou sendo vítima de assassinato, em 2001, ocorrido em um país acostumado com este tipo de desfecho, de violência política, em sua história. Em seu lugar assumiu seu filho Joseph Kabila, sobre o qual foram imputadas fortes suspeitas de ter conspirado para assumir o poder.

Em janeiro de 2001, KABILA foi assassinado e seu filho, Joseph KABILA, foi nomeado chefe de Estado. Em outubro de 2002, o novo presidente conseguiu negociar a retirada das forças ruandesas que ocupavam o leste da RDC. Dois meses depois, o Acordo de Pretória foi assinado por todas as partes remanescentes em conflito para acabar com os combates e estabelecer um governo de unidade nacional. Um governo de transição foi estabelecido em julho de 2003. Realizou-se um referendo constitucional bem-sucedido em dezembro de 2005 e eleições para a presidência, Assembléia Nacional e legislaturas provinciais ocorreram em 2006. (EUA, 2019) (tradução nossa)

A crise decorrente da “Segunda Guerra do Congo”, por muitos chamada de “Guerra Mundial Africana” ou “Grande Guerra da África”, alcançou aspectos de catástrofe humanitária.

Em sua decorrência, a comunidade internacional, via Organização das Nações Unidas, decidiu intervir, implementando a Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC).

Tal missão seria a segunda operação de paz da ONU no país, uma vez que, de julho de 1960 a junho de 1964, a RDC já havia sido palco da Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC), conforme o Anexo ALFA.

4.2 IMPLEMENTAÇÃO DA MONUC (1999-2010)

Como descrito acima, no breve histórico recente da RDC, o país vivenciou algum período de estabilidade política apenas durante o regime de Mobutu. O apoio das potências ocidentais ao regime do ditador congolês, durante a Guerra Fria, em que pesasse ao Congo o atendimento dos interesses daquelas, permitiu que o mesmo se sustentasse no poder por mais de trinta anos.

Laurent Kabila, após tomar o poder em 1997, não contava com a mesma “sorte” do seu antecessor. Ao contrário, já em 1998, países como Ruanda e Uganda, que haviam lhe apoiado na insurreição contra Mobutu, agora insatisfeitos com os rumos da política regional, potencializavam a crise no leste do Congo, que numa escalada vertiginosa, levou à deflagração da “Segunda Guerra do Congo”.

Em 1998, uma rebelião contra o governo de Kabila começou na região de Kivu. Em poucas semanas, os rebeldes haviam tomado grandes áreas do país. Angola, Chade, Namíbia e Zimbábue prometeram ao Presidente Kabila apoio militar, mas os rebeldes mantiveram seu controle sobre as regiões orientais. Ruanda e Uganda apoiaram o movimento rebelde, a União Congoleza para a Democracia (UCD). O Conselho de Segurança pediu um cessar-fogo e a retirada das forças estrangeiras, e exortou os Estados a não interferir nos assuntos internos do país. Após a assinatura do Acordo de Cessar-Fogo de Lusaka, em Julho de 1999, entre a República Democrática do Congo (RDC) e cinco Estados regionais (Angola, Namíbia, Ruanda, Uganda e Zimbábue), o Conselho de Segurança criou a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC) através da sua resolução 1279 de 30 de Novembro de 1999, inicialmente para planejar a observação do cessar-fogo e a retirada das forças e para manter contato com todas as partes do Acordo de Cessar-Fogo. (BRASIL, 2019c)

Este foi o contexto, então, que conduziu o CSNU à implementação da MONUC, em novembro de 1999. Posteriormente, a missão foi sendo alargada, a fim de suportar o processo eleitoral que traria a RDC à democracia.

Mais tarde, em uma série de resoluções, o Conselho alargou o mandato da MONUC para a supervisão da aplicação do acordo de cessar-fogo e atribuídas várias tarefas relacionadas adicionais. As primeiras eleições livres e justas no país em 46 anos foram realizadas em 30 de julho de 2006, com a eleição de uma Assembleia Nacional com 500 lugares. Depois de um segundo turno das eleições para a presidência em 29 de Outubro, e a resolução de uma posterior impugnação, o Presidente Joseph Kabila (filho do falecido Laurent Désiré Kabila assassinado em 2001) foi declarado o vencedor. Todo o processo eleitoral representou uma das mais complexas votações que as Nações Unidas já haviam ajudado a organizar. Após as eleições, a MONUC permaneceu no terreno e continuou a implementar várias políticas, militares, de Estado, legais e de capacitação, conforme estipulado pelas resoluções do Conselho de Segurança, incluindo tentar resolver os conflitos em curso em várias províncias da RDC. (BRASIL, 2019c)

“Em 2009, após o ressurgimento do conflito no leste da RDC, o governo assinou um acordo de paz com o Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP), um grupo rebelde principalmente tutsi.” (EUA, 2019) (tradução nossa)

4.3 TRANSFORMAÇÃO DA MONUC EM MONUSCO

No final da primeira década dos anos 2000, e completando dez anos de existência, a MONUC encontrava-se bastante desgastada. Uma reformulação fazia-se necessária, a fim de dar novo impulso à solução de um problema por demais complexo e com claras demonstrações de estar longe de ser superado.

A transformação da MONUC em MONUSCO, assim está descrita no site do COTer, na internet:

Em 1 de Julho de 2010, o Conselho de Segurança, através da sua Resolução 1925, renomeou a MONUC para Missão da Organização das Nações Unidas para Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO) a fim de refletir a nova fase alcançada no país.

A nova missão foi autorizada a utilizar todos os meios necessários para levar a cabo o seu mandato relativo, entre outras coisas, à proteção de civis, pessoal humanitário e defensores dos direitos humanos sob ameaça iminente de violência física e para apoiar o Governo da RDC na sua estabilização e os esforços de consolidação da paz.

O Conselho de Segurança decidiu que a MONUSCO incluiria, além dos componentes civis, judiciário e de correição, um máximo de 19.815 militares, 760 observadores militares, 391 agentes da polícia e 1.050 membros de unidades formadas de polícia.

As reconfigurações futuras da MONUSCO seriam determinadas de acordo com a evolução da situação no terreno, incluindo: a conclusão das operações militares em curso no Kivu do Norte e do Sul, bem como as províncias Orientales; melhora da capacidade do governo para proteger a população de forma eficaz; e a consolidação da autoridade do Estado em todo o território. (BRASIL, 2019c)

De maneira sintética, a MONUSCO está assim descrita em seu site oficial:

A MONUSCO substituiu uma operação anterior de manutenção da paz da ONU – a Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC) – em 1º de julho de 2010. O mandato original da missão foi estabelecido pela Resolução 1925 do Conselho de Segurança, de 28 de maio, para refletir a nova fase alcançada no país. Esta foi autorizada a usar todos os meios necessários para executar o seu mandato relativo, entre outras coisas, à proteção de civis, pessoal humanitário e defensores dos direitos humanos sob ameaça iminente de violência física e para apoiar o Governo da RDC na sua estabilização e esforços de consolidação da paz. (ONU, 2019c) (tradução nossa)

Mesmo com o novo ânimo dado pela transformação implementada, antigos e novos desafios continuaram apresentando-se, comprometendo à estabilidade da RDC e, também, de toda região dos Grandes Lagos Africanos⁶.

[...] a RDC continua a sofrer violências cometidas por outros grupos armados, incluindo as Forças Democráticas pela Libertação do Ruanda, as Forças Democráticas Aliadas e várias milícias Mai Mai. Nas últimas eleições nacionais, realizadas em novembro de 2011, os resultados contestados permitiram que Joseph KABILA fosse reeleito para a presidência. A Constituição da RDC proíbe o Presidente KABILA de concorrer a um terceiro mandato, mas o Governo da RDC atrasou as eleições nacionais, originalmente previstas para novembro de 2016, até dezembro de 2018. A incapacidade de realizar eleições como previsto alimentou protestos de rua esporádicos dos adversários da KABILA e exacerbou tensões nas regiões tumultuosas do leste da RDC. (EUA, 2019) (tradução nossa)

4.4 IMPLEMENTAÇÃO DA BRIGADA DE INTERVENÇÃO (FIB⁷)

O contexto que impulsionou a criação da Brigada de Intervenção pela ONU, em 2013, pode ser entendido como de enorme instabilidade, insegurança, abusos de toda ordem e grave comprometimento dos direitos humanos. Tudo isso, em um país que já encontrava-se, parcialmente, sujeito às intervenções de um mandato de missão de paz da ONU, desde novembro de 1999, quando da criação da MONUC.

Uma tentativa de integrar os membros do CNDP nas forças armadas congoleesas fracassou, levando à sua deserção em 2012 e à formação do grupo armado M23 - em homenagem aos acordos de paz de 23 de março de 2009. O conflito renovado levou a grandes deslocamentos da população e a violações significativas dos direitos humanos [...] (EUA, 2019) (tradução nossa)

Depois de implementada, em 2010, a fim de transformar a missão anterior, dar novo enfoque, ânimo e esperança de um maior sucesso, a MONUSCO seguiu tendo o seu mandato renovado, ano após ano. Contudo, pode-se dizer que a mesma, ao final de 2012, encontrava-se em “xeque”.

Face aos questionamentos, de toda ordem, quanto à eficácia da missão, bem como aos constrangimentos somados em episódios de inércia das tropas diante do conflito, o CSNU decidiu, de forma inédita, que a MONUSCO deveria ser significativamente robustecida, com a criação de um novo componente militar, a Brigada de Intervenção:

⁶ Os Grandes Lagos Africanos são um conjunto de grandes lagos de origem tectônica, localizados na África oriental, que incluem alguns dos lagos mais profundos do mundo. A maior parte destes lagos foi formada há cerca de 35 milhões de anos no Vale do Rift Ocidental, um dos ramos desta formação geológica que abrange a Etiópia, Quênia, Tanzânia, Uganda, Ruanda, Burundi, República Democrática do Congo, Malawi e Moçambique.

⁷ *Force Intervention Brigade*, na sigla em inglês.

Em 28 de março de 2013, diante de ondas recorrentes de conflito no leste da RDC, ameaçando a estabilidade geral e o desenvolvimento do país e da região dos Grandes Lagos, o Conselho de Segurança decidiu, por sua resolução 2098, criar uma Brigada de Intervenção, por um período inicial de um ano e dentro do teto de 19.815 militares autorizados para compor a tropa da MONUSCO. A Brigada de Intervenção consistiria de três batalhões de infantaria, uma bateria de artilharia e uma companhia de forças especiais e reconhecimento, e operaria sob comando direto do Comandante da Força da MONUSCO, com a responsabilidade de neutralizar grupos armados e com o objetivo de contribuir para reduzir a ameaça representada pelos grupos armados à autoridade do Estado e à segurança de civis no leste da RDC, e abrir espaço para as atividades de estabilização. (ONU, 2019c) (tradução nossa)

Em 2014, o CSNU não apenas renovou o mandato da missão por mais um ano, como passou a pensar numa estratégia de saída, focada em atingir três pontos principais: proteção de civis, estabilização do país e apoio à paz, segurança e cooperação regional.

[...] o Conselho notou a necessidade de uma estratégia clara de saída e decidiu que as futuras reconfigurações e mandatos da Missão deveriam se basear na evolução da situação e no progresso em direção a vários objetivos estabelecidos, de acordo com suas três prioridades: proteger os civis, estabilizar o país e apoiar a implementação de um cenário de paz, segurança e cooperação para a República Democrática do Congo e a região. (ONU, 2019c) (tradução nossa)

Contudo, nos anos seguintes, poucos avanços foram substancialmente atingidos e novas resoluções do CSNU foram renovando o mandato, anualmente. Assim, atualmente encontra-se em vigor a Resolução 2463/CSNU, de 29 de março de 2019, que estendeu o mandato da MONUSCO até o dia 20 de dezembro deste mesmo ano.

5 ASPECTOS POSITIVOS (OPORTUNIDADES) DE UMA FUTURA PARTICIPAÇÃO DE TROPA DO BRASIL NA MONUSCO

Ao analisar-se a perspectiva de uma futura participação do Brasil na MONUSCO, com o envio de um contingente militar, pode-se presumir uma série de aspectos positivos e oportunidades, tanto para o país, em um nível político estratégico, quanto para as Forças Armadas (FA), em um nível operacional e tático.

A seguir, tais aspectos positivos e oportunidades serão embasadas, em função da correspondente pesquisa realizada, cujo enfoque no âmbito das FA foi direcionado especificamente para o EB.

5.1 ASPECTOS POSITIVOS (OPORTUNIDADES) PARA O PAÍS (NÍVEL POLÍTICO ESTRATÉGICO)

O Brasil está inserido no sistema internacional e, como Estado independente e soberano, pauta suas ações em âmbito externo de acordo com o interesse nacional, por meio da Política Externa Brasileira (PEB). Desta forma, a decisão de enviar um contingente militar para participar de uma missão de paz sob a égide da ONU precisa ser pensada com ampla visão político estratégica, ponderando-se as oportunidades e os riscos envolvidos.

Para cada missão, muda-se o país anfitrião, assim como mudam-se os atores envolvidos, as causas do conflito, a região geográfica, os custos em material e pessoal, os desafios a serem vencidos, entre muitas outras variáveis. Mesmo assim, pode-se antever a existência de aspectos comuns, em termos de ganhos políticos e estratégicos, que podem ser alcançados com o envio de tropa brasileira para qualquer que seja a missão de paz.

A projeção política internacional alcançada com o envio de um contingente militar para participar de uma missão desta natureza é incontestável. Diversos são os documentos nacionais brasileiros que apresentam, justamente, a preocupação, o interesse e o enfoque atribuído pelo Estado nesta direção.

Como ponto de partida, a Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88) estabelece que o país deverá, em suas relações internacionais, reger-se pelos princípios de defesa da paz, de solução pacífica dos conflitos e de cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, entre outros (BRASIL, 1988, p. 15).

Dessa forma, o envio de contingente militar brasileiro para missão de paz está perfeitamente alinhado a todos estes princípios constitucionais e, muito além disto, é capaz de reforçar, para o mundo, a solidez das instituições da nação brasileira, projetando o país positivamente no concerto das nações.

A Política Externa Brasileira (PEB), em sintonia com a CF/88, tem dado respaldo a participação do Brasil nas operações de manutenção da paz da ONU. “Para um membro fundador das Nações Unidas, historicamente comprometido com a solução pacífica de controvérsias, participar de operações de manutenção de paz é uma consequência natural de suas responsabilidades internacionais” (BRASIL, 2019d).

De forma pragmática, portanto, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) observa, atentamente, os princípios que regem as missões de paz e defende que os mandatos das operações contemplem: interdependência entre segurança e desenvolvimento; ênfase à prevenção de conflitos e à solução pacífica de controvérsias; e necessidade de proteger populações sob ameaça de violência (BRASIL, 2019d). Exatamente neste último aspecto, proteção de populações civis sob ameaça, que as tropas brasileiras podem contribuir, e muito, com a RDC, numa futura participação na MONUSCO.

No âmbito do Ministério da Defesa (MD), encontra-se significativo embasamento para a participação brasileira em missões de paz da ONU em uma série de publicações oficiais do Estado. O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END) são documentos bastante assertivos em destacar a importância da participação brasileira nos esforços da comunidade internacional para a manutenção da paz mundial.

O LBDN destaca que a participação em operações de manutenção da paz é a expressão mais evidente da crescente importância do Brasil na área da paz e da segurança coletiva, em âmbito mundial.

Para ampliar a projeção do País no contexto mundial e reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos, o Brasil promove ações que se destinam a:

- intensificar sua participação em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais;
- dispor de capacidade de projeção de poder, visando à eventual participação em outras operações estabelecidas ou autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU; e [...]. (BRASIL, 2012a, p. 54).

Na esteira do LBDN, a PND e a END, marcos legais de enorme relevância, orientam a organização e a modernização do poder militar brasileiro de forma ambiciosa e condizente com a estatura político estratégica do país. Enquanto a PND define os objetivos da Defesa Nacional, a END estabelece como fazer para atingí-los.

Vale extrair de tais documentos, portanto, aquilo que de concreto alinha-se ao presente estudo. Assim, dentre os Objetivos Nacionais de Defesa (OND), têm-se: “[...] contribuir para a estabilidade regional; contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais; intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais [...]” (BRASIL, 2012b, p. 29).

Para ampliar a projeção do País no concerto mundial e reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos, o Brasil deverá aperfeiçoar o preparo das Forças Armadas para desempenhar responsabilidades crescentes em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais, de acordo com os interesses nacionais. (BRASIL, 2012b, p. 33).

Para que tais objetivos, estabelecidos pela PND, possam concretizar-se, a END pauta-se por diretrizes correspondentes, que reforçam a intenção do Estado brasileiro de valer-se das suas FA como instrumento de apoio à PEB, com foco na segurança coletiva mundial, e interesse na projeção política internacional do Brasil.

A Estratégia Nacional de Defesa pauta-se pelas seguintes diretrizes: [...] 19. Preparar as Forças Armadas para desempenharem responsabilidades crescentes em operações internacionais de apoio à política exterior do Brasil. Em tais operações, as Forças agirão sob a orientação das Nações Unidas ou em apoio a iniciativas de órgãos multilaterais da região, pois o fortalecimento do sistema de segurança coletiva é benéfico à paz mundial e à defesa nacional. (BRASIL, 2012b, p. 59).

Neste contexto, viabilizando a implementação da END na direção dos OND acima abordados, uma série de ações estratégicas foram definidas a cerca da participação em operações internacionais, da estabilidade regional e da inserção internacional.

Quanto à participação em operações internacionais, cita-se: “Promover o incremento do adestramento e da participação das Forças Armadas em operações internacionais em apoio à política exterior, com ênfase nas operações de paz [...]” (BRASIL, 2012b, p. 136).

Em relação à preocupação com a estabilidade regional: “[...] O Ministério da Defesa e as Forças Armadas intensificarão as parcerias estratégicas [...] e o intercâmbio militar com as Forças Armadas das nações amigas, neste caso particularmente com a América do Sul e países limítrofes ao Atlântico Sul.” (BRASIL, 2012b, p. 137).

E, por último, reforçando a questão da inserção internacional:

Incrementar o apoio à participação brasileira no cenário internacional [...] em ações que promovam a ampliação da projeção do País no concerto mundial e reafirmar o seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos; [...] na intensificação da cooperação e do comércio com países da África, da América Central e do Caribe, inclusive a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC); e na consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) [...]. (BRASIL, 2012b, p. 137).

Uma futura participação do Brasil na MONUSCO, contribuindo com o envio de contingente militar ao continente africano, por certo que corresponderá em aumento da projeção política do país no cenário internacional. Assim sucedeu-se quando da participação brasileira na MINUSTAH.

A atuação dos militares brasileiros é reconhecida pelo povo haitiano e por autoridades internacionais devido a peculiar forma de atuação, reflexo dos treinamentos recebidos antes da missão e da própria formação profissional adquirida nas Forças. (BRASIL, 2012a, p. 162).

O sucesso na MINUSTAH acabou por cunhar a expressão “*brazilian soft power*”, verdadeira confirmação da projeção política internacional alcançada em razão da participação do contingente brasileiro naquela missão. “O termo foi utilizado pela primeira vez pelo Sr Edmund Mullet, em 2012, em um ‘*meeting*’ em NY. Passou, assim, a ser definido pela comunidade internacional a forma pela qual nosso Soldado age em situações críticas diante da população.” (BRASIL, 2019a).

O grande ganho, então, quanto ao aspecto de projeção política internacional é a possibilidade de intensificação da projeção do Brasil no concerto das nações, diretamente relacionada a sua maior inserção em processos decisórios internacionais e, conseqüentemente, fortalecendo o papel cada vez mais importante do Brasil no mundo.

O aumento do protagonismo e do prestígio na ONU, alcançado por um país que envia contingente militar nacional para participar das missões de paz daquela Instituição, também é incontestável. Tal demanda está prevista na Carta das Nações Unidas, que conclama todos seus Estados-Membros a contribuírem com a paz e a

segurança internacionais, disponibilizando forças para o caso de necessidade de implementação de uma operação de paz. (ONU, 1945, p. 3)

Para operacionalizar a formação do componente militar multinacional, a ser empregado em uma operação de paz, legislações correspondentes detalham os compromissos das partes envolvidas: a própria ONU, o país anfitrião e os países contribuintes com tropa.

Os Estados-Membros contribuintes com militares - Países Contribuintes de Tropa (*Troop Contributing Country - TCC*) – e com policiais - Países Contribuintes de Polícia (*Police Contributing Country - PCC*) - mantêm o total e exclusivo nível estratégico de comando e controle do seu pessoal e equipamentos. [...] por determinados períodos e propósitos, como acordado de um Memorando de Entendimento com a sede das Nações Unidas. Os Estados-Membros podem retirar seu pessoal, militar e de polícia, e o controle operacional sobre estes mediante comunicação formal com a sede das Nações Unidas. (BRASIL, 2013, p. 22).

“O posicionamento do Brasil, favorável à cooperação entre os povos e defesa da paz, induziu o País a uma participação ativa nesse cenário, que se manifesta na contribuição com efetivos para as Op Paz.” (BRASIL, 2013, p. 27).

Sistema de Pronto Emprego da ONU (*United Nations Standby Arrangements System - UNSAS*)

O UNSAS baseia-se em comprometimento condicional dos Estados-Membros com meios específicos que podem ser colocados à disposição das Op Paz em determinado período de tempo, permitindo ao Secretariado inventariar os recursos humanos e materiais de que poderia, em princípio, dispor para mobilizar as Forças de Paz. Os Estados-Membros retêm o poder soberano de decidir se participarão, ou não, de determinada operação. Os recursos acordados permanecem no território nacional e seu emprego ocorre apenas em Op Paz, com Mandato do CS.

Os Estados-Membros aderem voluntariamente ao sistema em três fases:

- a) apresentam lista genérica de capacidade de participação;
- b) preenchem um formulário fornecido pela ONU, no qual são especificadas as disponibilidades de pessoal e material; e
- c) assinam o Memorando de Entendimento com a ONU.

Além do UNSAS, a ONU prevê a possibilidade de se disponibilizar tropas, de Estados-Membros voluntários, capazes de se desdobrar rapidamente, por um curto período de tempo. (BRASIL, 2013, p. 25).

“O Brasil deverá dispor de capacidade de projeção de poder, visando a eventual participação em operações estabelecidas ou autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU” (BRASIL, 2012b, p. 33). Do citado acima, cabe a reflexão e, em última análise, pode-se dizer que a melhor forma de manter-se pronto para emprego em operações de paz é continuar participando das missões em curso.

Quando da participação do Brasil na MINUSTAH, ficou notório o aumento do protagonismo e do prestígio do país na ONU. Mas, então, como a ONU vê o Brasil?

Segundo David Harland, Diretor do Escritório para a Europa e a América Latina, do Departamento de Operações de Manutenção da Paz, “o BRABAT

é um tipo especial de tropa, difícil de encontrar em missões de paz da ONU, por sua postura, seriedade e, ao mesmo tempo, pelo relacionamento cordial com a população. Trata-se de uma tropa que inspira grande confiança a quem a conhece ou tem contato com ela.”. (BRASIL, 2019a)

A afirmação acima, sem dúvida, baseou-se nos excelentes resultados alcançados pelos sucessivos contingentes brasileiros na MINUSTAH. Resultados que, somados, elevaram o nome do país na ONU. Em outras palavras, aumentou o prestígio do Brasil na mais importante organização mundial da atualidade.

Outro aspecto positivo incontestável, em virtude do envio de um contingente militar do Brasil para uma missão de paz da ONU, é o aumento da capacidade de dissuasão. O desdobramento de tropas em outro continente, com meios de suas próprias Forças Armadas, demonstrando ao mundo a capacidade de projetar poder em pouco período de tempo, inegavelmente traduz-se em enorme ganho quanto ao aspecto da dissuasão, tão importante para qualquer Estado soberano, como o Brasil.

O LBDN, documento de extrema relevância, já anteriormente abordado, destaca a dissuasão como uma das novas capacidades prioritárias da consolidação do Exército Brasileiro. “As novas capacidades consideradas prioritárias para consolidação do Exército são: dissuasão terrestre compatível com o status do País; projeção internacional do Exército em apoio à política exterior do Brasil; [...] (BRASIL, 2012a, p. 122).

Além disto, cita que: “Pela dissuasão e pela cooperação, o Brasil fortalecerá, assim, a estreita vinculação entre sua política de defesa e sua política externa, historicamente voltada para a causa da paz, da integração e do desenvolvimento”. (BRASIL, 2012a, p. 51).

Dessa maneira, prosseguindo adiante nos documentos nacionais do âmbito da Defesa Nacional, encontra-se alinhamento para a participação de tropa do Brasil em missões de paz na Política Setorial de Defesa (PSD), na Estratégia Setorial de Defesa (ESD) e nas Ações Setoriais de Defesa (ASD).

A PSD estabeleceu, entre outros, o Objetivo Setorial de Defesa 4 (OSD 4) – Incrementar o apoio à Política Externa. Tal objetivo visa aprimorar o relacionamento internacional de defesa, em sintonia com os interesses brasileiros, para promover confiança mútua, cooperação e estreitamento de laços de amizade, a fim de alcançar a solução pacífica de eventuais conflitos e contribuir para a paz e a segurança internacional.

Assim, para atingir o OSD 4, foram definidas a ESD 4.1 – Ampliar a projeção do setor de defesa no cenário internacional; e a ESD 4.2 – Contribuir para a cooperação internacional. Para cada uma destas duas ESD, vale ressaltar as respectivas ASD que reforçam o valor da participação de tropa do Brasil em operações de paz da ONU.

ESD 4.1 - Ampliar a projeção do setor de defesa no cenário internacional

ASD 4.1.1 - Aperfeiçoar a atuação da diplomacia militar.

ASD 4.1.2 - Desenvolver capacidades para atuar como forças expedicionárias e multinacionais.

ASD 4.1.3 - Intensificar a atuação do setor de defesa em organismos internacionais.

ASD 4.1.4 - Aprimorar a capacitação dos recursos humanos para atuar no exterior.

ASD 4.1.5 - Aprimorar capacidades das Forças Armadas para participarem de operações internacionais sob a égide de organismos multilaterais.

ASD 4.1.6 - Intensificar o intercâmbio de interesse estratégico para a defesa nacional com Forças Armadas de países amigos.

[...]

ESD 4.2 - Contribuir para a cooperação internacional

ASD 4.2.1 - Ampliar a cooperação com os países do entorno estratégico.

ASD 4.2.2 - Incrementar a cooperação de interesse da defesa com países situados fora do entorno estratégico.

ASD 4.2.3 - Participar de operações de ajuda humanitária.

ESD 4.3 - Contribuir para a paz e segurança internacional.

ASD 4.3.1 - Implementar medidas que contribuam para o aumento da confiança mútua entre as nações.

ASD 4.3.2 - Participar de operações de paz. (BRASIL, 2012b)

Retornando à PND, a mesma estabelece que o Exército deve ter capacidade de projeção de poder, constituindo uma Força, quer expedicionária, quer para operações de paz, ou de ajuda humanitária, para atender compromissos assumidos sob a égide de organismos internacionais ou para salvaguardar interesses brasileiros no exterior (BRASIL, 2012b). Por conseguinte, na elaboração das hipóteses de emprego, a Estratégia Militar de Defesa (EMD) precisa considerar, entre outros aspectos, a participação do Brasil em operações internacionais em apoio à política exterior do País.

Além dos aspectos positivos já abordados, em que, por diversas vezes, observa-se a preocupação do Estado brasileiro em contribuir com a manutenção da paz e da segurança mundial, ressalta-se a vontade política do Brasil também contribuir com o fortalecimento dos Direitos Humanos (DH) no mundo. As missões de paz da ONU revestem-se de espaço de significativas oportunidades para que esforços coletivos nesta direção, da garantia dos DH, sejam concentrados e resultados concretos sejam alcançados.

Os mandatos das missões de paz da ONU, estabelecidos pelo Conselho de Segurança, têm sido contumaz em reforçar as considerações e determinações na preservação, na manutenção e na busca de restabelecer os DH em regiões deflagradas por conflitos armados. Portanto, participar de uma missão de paz é sinônimo de contribuir com os DH além das fronteiras nacionais.

Um outro aspecto de relevância é que, durante a MINUSTAH, o Brasil esteve sempre entre os primeiros países no ranking dos maiores contingentes em missões de paz da ONU. Na América Latina, apenas o Uruguai manteve maior contingente que o Brasil no computo total das operações de paz, sendo que nos anos de 2011 e 2012 até mesmo chegou a ser ultrapassado pelo Brasil. Com o fim da participação do Brasil na missão de paz no Haiti, o país caiu significativamente no ranking de contribuintes com tropa da ONU. Recuperar tal posição, retomando o envio de contingente militar para operações de paz, permitirá uma participação muito mais efetiva do Brasil, no âmbito internacional, recolocando-se no status compatível com a sua estatura político estratégica.

Como citado no início deste capítulo, além dos aspectos comuns, embasados acima, existem, também, aspectos positivos e oportunidades advindas, especificamente, de uma futura participação na missão de paz na RDC.

Uma destas oportunidades é o estabelecimento de novas políticas de cooperação com a RDC e o fortalecimento das já existentes, angariando a simpatia deste importante país africano e, por conseguinte, dos demais países do entorno. Estreitar laços de amizade com o entorno estratégico brasileiro é, também, sinônimo de fortalecimento das relações entre países em desenvolvimento, no âmbito da Cooperação Sul-Sul (CSS), sem prejuízo das relações tradicionais com parceiros do mundo desenvolvido.

A Cooperação Sul-Sul se refere à cooperação técnica entre países em desenvolvimento no Sul Global. É uma ferramenta usada por Estados, organizações internacionais, acadêmicos, sociedade civil e setor privado para colaborar e compartilhar conhecimento, habilidades e iniciativas de sucesso em áreas específicas, como desenvolvimento agrícola, direitos humanos, urbanização, saúde, mudança climática etc. (ONU, 2019e)

Entre o Brasil e a África, o Atlântico Sul tem significado estratégico para o País. Neste sentido, consolidar laços de cooperação com a RDC pode representar enorme oportunidade de se fazer presente do outro lado do Atlântico e ser capaz de influenciar positivamente aquela região do globo e, o mais importante, na direção dos interesses brasileiros. “A especial atenção dedicada à África é refletida em

crescente comércio e elevação de financiamentos e investimentos, bem como a cooperação para produção de alimentos e outros bens agrícolas com o apoio da EMBRAPA.” (BRASIL, 2012a, p. 51).

Ainda, é possível extrair-se da PND, como oportunidades a serem exploradas pelo Estado brasileiro: “[...] estreitamento da cooperação entre os países da América do Sul e, por extensão, com os do entorno estratégico brasileiro; [...]” (BRASIL, 2012b, p. 117).

Uma outra questão importantíssima aproxima o Brasil da RDC: a preservação das respectivas florestas equatoriais dos dois países, a Floresta Amazônica e a Floresta do Congo. A questão ambiental, sendo temática de interesse mundial, relevância inegável e constante motivo para alardes internacionais, uma aproximação do Brasil com o Congo na direção de estabelecer políticas de cooperação para o desenvolvimento sustentável das citadas regiões, poderia representar substancial capital político para o Brasil.

Para os países em desenvolvimento, o desafio é o de uma inserção positiva no mercado mundial, ao mesmo tempo em que promovem o crescimento e a justiça social de modo soberano. A integração entre países em desenvolvimento – como na América do Sul – contribui para que alcancem esses objetivos. [...] A questão ambiental permanece como uma das preocupações da humanidade. Países detentores de grande biodiversidade, enormes reservas de recursos naturais e imensas áreas para serem incorporadas ao sistema produtivo podem tornar-se objeto de interesse internacional. (BRASIL, 2012b, p. 17)

A ocupação de espaço político no entorno estratégico (ação de presença) é outro aspecto positivo que poderá se consubstanciar no caso do Brasil aderir a participação com tropa na MONUSCO. Atualmente, dos países que constituem o grupo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), e considerando que a política externa da Rússia permanece envolta em outras prioridades estratégicas, o Brasil é o país de menor participação em efetivos para as missões de paz da ONU.

Dados de fevereiro de 2019 mostram que a Índia mantém quase 6.500 militares em missões de paz ao redor do Mundo, sendo 2.610 só na MONUSCO. A China mantém mais de 2.500 militares nas missões da ONU, sendo que na MONUSCO participa com 1 (uma) Companhia de Engenharia. A África do Sul, por sua vez, possui quase 1.100 militares na MONUSCO, quase a totalidade integrando as forças da Brigada de Intervenção. (ONU, 2019d)

Assim, é inegável que o envio de tropa para uma missão de paz da ONU, além de toda motivação já percorrida sobre cooperação para a paz mundial,

segurança coletiva e preservação dos DH, reveste-se, também, de capital político internacional traduzido em ocupação de espaço no entorno estratégico. Tal aspecto é de grande relevância, uma vez que pode ser empregado, no futuro, como contraponto a presença de nações estranhas ao Atlântico Sul (caso da Índia e da China), cujos interesses possam vir a rivalizar com os interesses brasileiros a médio e a longo prazo.

[...] o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África, assim como a Antártica. [...] Entre os fatores que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico destacam-se: [...]; a intensificação da cooperação e do comércio com países da África, da América Central e do Caribe [...], facilitada pelos laços étnicos e culturais; o desenvolvimento de organismos regionais; [...] a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul e o diálogo continuado nas mesas de interação inter-regionais, como a cúpula América do Sul-África (ASA) e o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas). (BRASIL, 2012b, p. 21).

A contribuição para a manutenção da paz e da segurança no Atlântico Sul, construindo ambiente cooperativo sob a égide da ZOPACAS (Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul) também poderá vir a ser reforçada, uma vez o Brasil estreitando laços com a RDC, como presume-se que ocorra no caso do envio de tropa brasileira para MONUSCO. Mais uma vez, o ganho político estratégico reveste-se da possibilidade de, pela presença e estabelecimento de laços de amizade e alianças, contrabalançar os interesses estrangeiros de países extrarregionais que, atualmente, já se fazem bastante presentes no Atlântico Sul.

O Brasil também dedica, junto a seus vizinhos da África Ocidental, especial atenção à construção de um ambiente cooperativo no Atlântico Sul sob a égide da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Criada em 1986 pelas Nações Unidas, a ZOPACAS conta, atualmente, com 24 membros — África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, [...], República Democrática do Congo, [...] e Uruguai. Em termos diplomáticos, o reforço da ZOPACAS é importante para a defesa do País. Ao renovar seu envolvimento com esses preceitos multilaterais, o Brasil deseja contribuir, de forma responsável e em colaboração com seus parceiros da ZOPACAS, para o aproveitamento do potencial de desenvolvimento socioeconômico da região do Atlântico Sul. (BRASIL, 2012a, p. 35).

Por fim, espera-se uma possibilidade de que, com o envio de um contingente expressivo de militares brasileiros para a RDC, possa ocorrer uma relativa abertura de mercado para negócios brasileiros na África. Tal expectativa baseia-se no exemplo das relações comerciais do Brasil com o Haiti, que passaram de U\$ XXX em 2003, ano anterior ao início da MINUSTAH, para mais de U\$ 47 milhões em 2017, ano do encerramento da missão e retorno do último contingente brasileiro

naquele país. Ou seja, a participação militar do Brasil, no contexto de uma missão de paz da ONU, é capaz de movimentar as relações comerciais, fomentando o seu crescimento. Considerando-se que a RDC possui uma economia muito maior do que a economia haitiana, é possível vislumbrar que tal oportunidade possa render um ganho comercial ainda maior em um possível cenário de envio de tropa do Brasil para a MONUSCO.

Em resumo, do que foi apresentado de aspectos positivos do envio de contingente militar para MONUSCO, sejam estes aspectos comuns a qualquer missão de paz da ONU ou específicos para o caso do país anfitrião ser a RDC, uma participação do Brasil na MONUSCO poderá permitir, em nível político estratégico:

- projeção política internacional;
- aumento do protagonismo e do prestígio na ONU;
- dissuasão;
- contribuição para a paz mundial (esforço coletivo);
- participação no sistema internacional mais adequada a estatura político estratégica do Brasil;
- estabelecimento de novas políticas de cooperação com a RDC e fortalecimento das já existentes;
- ocupação de espaço político no entorno estratégico (ação de presença);
- contribuição para a manutenção da paz e da segurança no Atlântico Sul; e
- abertura de mercado para negócios brasileiros na África.

Do exposto, infere-se que o possível envio de um contingente militar brasileiro para participação na MONUSCO, se concretizado, poderá possibilitar consideráveis ganhos políticos e oportunidade de projeção do Brasil para o mundo.

Tal feito poderá reforçar o compromisso do país com a promoção da paz e da segurança mundial, ambos compromissos coletivos da comunidade internacional, ao mesmo tempo que fortalecerá a capacidade do País de atuar autonomamente no campo internacional, com redução das vulnerabilidades a pressões externas.

5.2 ASPECTOS POSITIVOS (OPORTUNIDADES) PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO (NÍVEL OPERACIONAL E TÁTICO)

Como citado na seção anterior, para cada missão de paz, não muda-se apenas o país anfitrião, mas toda uma vasta gama de variáveis. Da mesma forma que fora abordado o nível político estratégico, aqui também agora serão abordados aspectos positivos comuns a qualquer missão e aspectos positivos específicos da MONUSCO, em termos de ganhos operacionais e táticos, que poderão ser alcançados com a participação de tropa brasileira.

O primeiro destes aspectos positivos, então, é a oportunidade de suprir a “lacuna” surgida com o término da MINUSTAH e consequente retirada do último contingente brasileiro daquela missão, ainda em 2017. A MINUSTAH proporcionou resultados muito relevantes para o EB e o seu encerramento trouxe grandes expectativas quanto ao próximo emprego de tropa em missão de paz.

Após mais de 13 anos de participação do Brasil na missão no Haiti, toda uma estrutura de planejamento, preparação, treinamento, desdobramento e acompanhamento das tropas foi desenvolvida, evoluindo a cada novo rodízio e alcançando níveis de excelência reconhecidos internacionalmente. Com o término da participação do Brasil, inegavelmente, surgiu uma certa capacidade ociosa no âmbito do EB e esta pode muito bem ser aproveitada com a participação em uma outra missão de paz da ONU.

“O conflito em si e aspectos ligados à área judicial, criminal e de direitos humanos, com os limites necessários ao uso da força, trouxeram ensinamentos importantíssimos e implicações que aperfeiçoaram a forma de emprego do Exército Brasileiro. Podemos dizer sem sombra de dúvida que a pacificação do Haiti mudou a face do Exército de hoje.” (BRASIL, 2019a)

Do relatório final da participação do EB na Missão de Paz no Haiti, elaborado pelo Comando de Operações Terrestres, entre os principais resultados alcançados, destacam-se aqueles que, certamente, poderão ser repetidos em uma futura nova designação de missão de paz para os contingentes do EB, quais sejam:

Principais resultados alcançados no Haiti:

- 1) melhoria no equipamento individual e coletivo;
- 2) aperfeiçoamento da instrução individual e do adestramento coletivo;
- 3) aprimoramento da capacidade de apoio logístico extra-territorial;
- 4) coleta de lições aprendidas voltadas para as Op GLO;
- 5) ampliação da capacidade de coordenação de operações conjuntas e interagências.

- 6) atendimento ao previsto no Livro Branco de Defesa Nacional, no tocante à ampliação na participação internacional;
- 7) projeção internacional do Brasil a partir da cooperação com a ONU na busca da paz e segurança internacionais;
- 8) minimização do sofrimento da população em locais assolados por tragédias pela prestação de assistência humanitária;
- 9) incremento da participação de oficiais gerais em posições chaves nas operações e paz de campo e no QG da ONU em NY;
- 10) adestramento e interoperabilidade das tropas brasileiras com forças de outros países em situações reais; e
- 11) maior participação em fóruns e exercícios internacionais.” (BRASIL, 2019a)

Outro aspecto positivo, de enorme relevância, ao decidir-se enviar tropa do EB para uma nova missão de paz da ONU é a oportunidade de manter o nível de excelência alcançado pelo CCOPAB (Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil), diretamente desenvolvido em razão do emprego da tropa brasileira na MINUSTAH. A manutenção de contingente brasileiro em missão de paz reforça a credibilidade do Centro e o mantém conectado ao que existe de mais atual na área.

O CCOPAB [...] prepara militares e civis, tanto brasileiros quanto de países amigos, para atuar em operações de paz e desminagem humanitária. Em 2010, o então Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOPaz), unidade do Exército Brasileiro originalmente implantada em 2005, foi transformado em uma unidade conjunta dando origem ao CCOPAB, passando a reunir integrantes das três Forças Armadas, Polícias Militares e do Corpo de Bombeiros. Essa integração vem favorecendo acentuadamente a sinergia de esforços desses profissionais nas missões de paz multidimensionais. (BRASIL, 2012a, p. 67).

O CCOPAB, como centro de excelência, configura-se em importante vetor de difusão dos conhecimentos adquiridos na prática das missões, durante o treinamento da tropa. Além disto, o Centro está alinhado com o que há de mais atual no treinamento específico e na avaliação de tropa para missões de paz. Assim, atualmente é reconhecido internacionalmente como um centro de excelência no treinamento de tropas para tal finalidade.

Em relação à preparação específica dos contingentes, o Manual de Operações de Paz do MD deixa claro que a responsabilidade na condução da instrução individual e no adestramento coletivo das frações é atribuição do Estado contribuinte. “Cada uma das FA é a responsável pela preparação técnico-profissional do seu contingente que integrará a Força de Paz, tendo como orientação o CPTM (Core Pre-Deployment Training Materials) daquela organização internacional. (BRASIL, 2013, p. 43)

As atuais missões de paz, de caráter multidimensional, requerem conhecimento profissional específico, sem o qual a atuação pode resultar em fracasso, com sérias repercussões para o TCC e para a própria ONU.

Tal situação levou à expedição da Resolução GA/RES/49/37, de 09/02/1995, atribuindo a cada Estado-Membro a responsabilidade pelo treinamento de seu pessoal, antes do envio para as missões. Com o objetivo de cumprir esta Resolução, foi criado, por meio da Portaria 952/MD, de 15/06/2010, o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB). (BRASIL, 2013, p. 33)

Nesta questão, ainda, cabe ressaltar a abordagem apresentada pelo “*Cruz Report*”⁸ a cerca dos prejuízos advindos de treinamentos deficientes, que ainda são a realidade de muitos contingentes empregados nas missões de paz da ONU.

TREINAMENTO PRÉ-DESDOBRAMENTO: O treinamento deficiente antes do desdobramento é uma das principais causas de mortes e ferimentos graves no terreno. Alguns contingentes e comandantes estão visivelmente despreparados para demonstrar o comportamento operacional necessário no terreno. As Nações Unidas e os T / PCCs são responsáveis por esse despreparo. As Nações Unidas realizam uma visita pré-desdobramento para verificar a preparação do contingente. Essa deve ser uma oportunidade para verificar o treinamento, inclusive com exercícios e testes surpresa. As Nações Unidas devem ter, e exercer, a autoridade para dizer sim ou não: se os contingentes não passarem, as Nações Unidas devem se recusar a autorizar o destacamento e recomendar pontos específicos para treinamento adicional. Da mesma forma, as tropas que colocam a si e a seus colegas em risco de morte e ferimentos por causa de seu fraco desempenho devem ser submetidas a treinamento intensivo em missão e repatriadas em casos graves. O treinamento básico deve ser complementado com o treinamento especializado para preparar as tropas para ameaças específicas, como operar em áreas de selva e em áreas com dispositivos explosivos improvisados. Esse treinamento deve continuar em missão. Para reduzir as deficiências no treinamento pré-desdobramento e nos equipamentos de propriedade do contingente, a ONU deve criar um sistema para pagar antecipadamente parte do reembolso anual aos T / PCCs. Isso permitirá que os T / PCCs conduzam uma melhor preparação com relação ao treinamento e equipamento básico, e as Nações Unidas terão mais autoridade durante o processo de verificação. (ONU, 2019b) (tradução nossa)

Proporcionar experiência prática aos militares de carreira é mais um aspecto positivo que pode ser alcançado com o envio de contingente de tropa do Brasil para uma operação de paz da ONU. Os oficiais e sargentos de carreira são os multiplicadores da instrução nos corpos de tropa e, quando amadurecidos por experiências reais, práticas, no terreno, representando o Brasil no exterior, apresentam enorme ganho para o EB como um todo, gerando impacto direto na liderança, no desenvolvimento de uma mentalidade e conduta operacional, de profissionalismo e, por conseguinte, traduzem-se em elementos motivadores das suas respectivas frações e organizações militares.

⁸ Nome pelo qual ficou mundialmente conhecido o relatório da ONU intitulado “*Improving Security of United Nations Peacekeepers*”, publicado em 19 de dezembro de 2017, que teve o Gen Div Carlos Alberto dos Santos Cruz (EB) como autor principal. Participaram, também, da organização e redação do relatório, o Cel William R. Phillips (Exército dos EUA) e o Sr Salvator Cusimano (DPKO).

Mais uma vez, o “*Cruz Report*” merece ser citado, uma vez que atribui à falta de liderança e conduta operacional adequada como causas principais dos insucessos das missões no terreno, e aumento do número de baixas de capacetes azuis. Quanto à liderança, destaca-se que a mesma é fundamental em todos os níveis, do político estratégico ao operacional e tático. Em relação ao comportamento operacional, o relatório cita que fatalidades raramente ocorrem como resultado de tomada de decisão das tropas e de seus líderes, e sim o contrário, as Nações Unidas são quase sempre atacadas como resultado da inação.

O ganho com o envio de tropa brasileira para missão de paz, neste aspecto de desenvolvimento da liderança e do profissionalismo dos quadros do EB, é inegável e propicia, justamente, evitar aquilo que foi abordado no “*Cruz Report*” como baixo padrão apresentado por muitos dos países contribuintes na atualidade.

Outro aspecto positivo que pode ser vislumbrado com a participação de tropa em missões de paz da ONU é a oportunidade do EB angariar ganhos estruturais e logísticos (MEM) na busca de vencer o desafio de desdobrar tropas em outro continente, do outro lado do Oceano Atlântico. É possível traçar um paralelo com a MINUSTAH, durante a qual, no LBDN citou-se que “A missão no Haiti também possibilita às Forças participantes a oportunidade de aprimorar os seus sistemas operacionais e logísticos [...]” (BRASIL, 2012a, p. 162).

No desdobramento de um contingente em operações de paz, o MD estabelece que as atividades de planejamento, concentração e coordenação do transporte do material e do pessoal para a área de operações são de sua responsabilidade, sendo conduzidos por meio da Subchefia de Operações de Paz (SC-4), com o apoio do Centro de Coordenação Logística de Operações de Paz (CCLOP). Tal órgão é constituído temporariamente em território nacional, cujas atividades serão coordenadas pelo MD.

Em seguida, na área de operações, o apoio logístico deve ser conduzido dentro da estrutura do Comando do contingente nacional. A organização do apoio logístico naquela área exige grande coordenação, uma vez que envolve responsabilidades diversas e acordos específicos entre a ONU e cada país, agências e fontes de suprimento. “No caso brasileiro, cada Força Singular planejará e prestará o apoio logístico à sua parcela integrante do contingente nacional, em conformidade com a organização de sua tropa e suas peculiaridades.” (BRASIL, 2013, p. 34)

De tal assertiva, portanto, decorre a previsão de que, assim como na MINUSTAH, para o desdobramento de qualquer novo contingente do EB em operações de paz da ONU, um grande esforço será necessário e, naturalmente, ganhos estruturais e logísticos serão alcançados. O legado do esforço despendido durante os mais de 13 anos de missão no Haiti é citado no relatório final da missão, elaborado pelo COTer, com destaque para os seguintes tópicos relacionados à aquisição de MEM e à realização do devido apoio logístico: “1) melhoria no equipamento individual e coletivo; [...] 3) aprimoramento da capacidade de apoio logístico extra-territorial; [...]” (BRASIL, 2019a)

A possibilidade de interação com tropas de outros países é outro aspecto positivo que resulta da participação de contingente do EB em missão de paz da ONU. O adestramento e a interoperabilidade das tropas brasileiras com forças de outros países em situações reais é citado como um dos ganhos da MINUSTAH e certamente que esse mesmo tipo de oportunidade será concretizada em uma futura missão de paz.

No caso da MONUSCO, atualmente, existem militares das FA de 49 países diferentes, de todos os continentes do mundo, totalizando um efetivo superior a 16 mil homens. A oportunidade de interagir com profissionais de outras FA é extremamente motivadora para os quadros do EB e reveste-se, também, de possíveis ganhos em termos de lições aprendidas.

Outro aspecto valorizado no relatório do COTer sobre a missão de paz no Haiti, e que poderá se tornar um ganho no caso de futura participação do EB em uma nova missão, é a oportunidade para aumentar a interoperabilidade do EB com a Marinha do Brasil (MB) e com a Força Aérea Brasileira (FAB). O desdobramento de tropas em um outro continente e o correspondente apoio logístico são desafios que só poderão ser superados em conjunto, com o emprego de navios da MB e aeronaves da FAB, do mesmo modo que já fora realizado nas outras missões de paz que o país participou.

Segundo o Manual de Operações de Paz do MD, “O transporte dos contingentes brasileiros será efetuado preferencialmente por navios da MB ou aeronaves da FAB, considerando-se as disponibilidades e possibilidades de emprego destes meios.” (BRASIL, 2013, p. 34)

O traslado propriamente dito, ou seja, o deslocamento do contingente brasileiro para a área da missão e seu retorno, dependendo do vulto da tropa a ser empregada, do custo-benefício e de interesses político-

estratégicos, deverá ser preferencialmente realizado pela Marinha ou pela Força Aérea. As empresas civis especializadas em transporte de carga e pessoal poderão também ser utilizadas. Nesse último caso, os meios de transporte poderão ser fornecidos pela ONU ou contratados diretamente junto às empresas especializadas. A definição da modalidade de transporte será fruto de negociações entre o MD e a ONU, sempre por intermédio da Missão Permanente junto às Nações Unidas. (BRASIL, 2013, p. 47)

O LBDN define, entre outras prioridades, a busca por uma maior interação entre as Forças Singulares. Prioridade esta que alinha-se, justamente, ao ganho potencial citado acima, presumido que venha a ocorrer no caso de adesão do Brasil a uma nova missão de paz. “As novas capacidades consideradas prioritárias para consolidação do Exército são: [...]; interoperabilidade (com as demais Forças Singulares) e complementaridade (com outros órgãos e agências); [...] (BRASIL, 2012a, p. 122).

Dentro desta mesma questão, aumento da interoperabilidade entre as Forças Singulares, destaca-se, também, a possibilidade de atuação conjunta das tropas do EB com o Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil. Tal atuação concretizou-se na MINUSTAH e os ganhos foram significativos para ambas as Forças.

Outra oportunidade que advém da participação de tropa do EB em missão de paz da ONU é a possibilidade de cumprir com sua missão de apoiar a PEB, participando de operações internacionais de paz e de ajuda humanitária (atribuição subsidiária), missão esta que se estende além da prevista na CF/88.

Novamente, é possível observar no LBDN a prioridade que é atribuída ao EB como vetor da PEB: “As novas capacidades consideradas prioritárias para consolidação do Exército são: [...]; projeção internacional do Exército em apoio à política exterior do Brasil; [...] (BRASIL, 2012a, p. 122).

No LBDN, ainda, entre os projetos para o EB, foi estabelecido o Projeto Prioritário do Exército Nº 2: “Capacidade de Atuar Fora do Território Nacional”, no qual insere-se o subprojeto “Preparação de força de valor Brigada para atuar em missões de paz ou como força expedicionária”. O envio de um contingente de tropa do EB para uma próxima missão de paz da ONU, neste sentido, é fundamental e crucial para que seja possível alavancar tal decisão e, no futuro, alcançar o objetivo traçado pelo campo político.

Descendo, agora, do nível MD para o nível EB, têm-se os Objetivos Estratégicos do Exército (OEE), as Capacidades Militares Terrestres (CMT) e as Capacidades Operativas (CO). Em todos estes documentos, mais uma vez,

encontra-se reforço, interesse e embasamento para a participação brasileira em missões de paz.

Entre os OEE relacionados com o tema deste estudo, citam-se o OEE 1: “Contribuir com a dissuasão extrarregional”; e OEE 2: “Ampliar a projeção do Exército no cenário internacional”. O Exército deverá ter capacidade de projeção de poder, constituindo uma Força, quer expedicionária, quer para operações de paz, ou de ajuda humanitária, para atender compromissos assumidos sob a égide de organismos internacionais ou para salvaguardar interesses brasileiros no exterior.

OEE 2

2.1 Incremento da atuação da Diplomacia Militar:

2.1.1 Ampliar as medidas de cooperação e confiança mútua entre o Exército e os exércitos das Nações Amigas.

2.1.2 Aprofundar e ampliar a cooperação com os países do entorno estratégico.

2.1.3 Aumentar a participação do Exército em postos relevantes de organismos internacionais.

2.2 Aumento da capacidade de projeção de poder

2.2.2 Preparar forças para atuar em missões de paz.

2.2.3 Desenvolver as capacidades expedicionária e multinacional. (BRASIL, 2012b)

Da mesma forma, entre as capacidades militares terrestres, e respectivas capacidades operativas relacionadas a esta pesquisa, têm-se bastante conteúdo e embasamento para respaldar o envio de um novo contingente de tropa do EB para uma próxima operação de paz da ONU.

CMT 01. Pronta Resposta Estratégica: ser capaz de projetar força para atuar em operações no amplo espectro dos conflitos, em qualquer parte do território nacional, do entorno estratégico ou da área de interesse, em prazo oportuno, chegando pronto para cumprir a missão atribuída.

CO 01. Mobilidade Estratégica: ser capaz de transportar uma força em grandes distâncias, proporcionando velocidade de intervenção e flexibilidade de emprego, entre áreas estratégicas diferentes do território nacional, do entorno estratégico e em área de interesse.

CO 02. Suporte à Projeção de Força: ser capaz de planejar, gerir e executar eficazmente o movimento, o transporte e a distribuição de recursos a partir de suas bases até o seu destino final. Inclui todas as atividades relacionadas ao movimento, desde bases em território nacional até pontos de embarque e destes até a região onde a força irá cumprir sua missão.

CO 03. Prontidão: ser capaz de, no prazo adequado, estar em condições de empregar uma força no cumprimento de missões, valendo-se de seus próprios recursos orgânicos e meios adjudicados.

CMT 03. Apoio a Órgãos Governamentais: ser capaz de contribuir para a garantia da Soberania Nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem [...]

CO 13. Ações sob a égide de organismos internacionais: ser capaz de empregar força em defesa dos interesses nacionais, operando e cumprindo missão de acordo com os mandatos dos organismos internacionais.

CMT 05. Sustentação Logística: ser capaz de dar suporte adequado à força que venha a ser empregada, no tempo necessário e em qualquer ambiente operacional. Inclui a interoperabilidade no apoio logístico entre as

Forças Armadas e a complementaridade nas atividades interagências, bem como a organização e execução do transporte estratégico.

CO 20. Apoio Logístico para Forças Desdobradas: ser capaz de sustentar as forças desdobradas, com os recursos necessários para manter seu poder de combate, contribuindo para o seu sucesso.

CMT 06. Interoperabilidade: ser capaz de operar com uma força constituída de maneira integrada, coordenada, harmônica e complementar com as demais Forças Armadas envolvidas, em ambiente interagências, em operações conjuntas ou em operações multinacionais, para o cumprimento das missões estabelecidas.

CO 25. Interoperabilidade Conjunta: ser capaz de operar com uma força constituída de maneira integrada, coordenada, harmônica e complementar com as demais Forças Armadas envolvidas em operações conjuntas.

CO 26. Interoperabilidade Combinada: ser capaz de operar com uma força constituída de maneira integrada, coordenada, harmônica e complementar com as demais Forças Armadas envolvidas e Forças de outras Nações, sob a égide de organismo internacional. (BRASIL, 2015, p. 8)

O envio de tropa do Brasil para participar, especificamente, da Missão de Paz no Congo (MONUSCO) poderá possibilitar diversos aspectos positivos para o EB, começando-se pela oportunidade de atuação de seus militares em ambiente operacional similar ao da Floresta Amazônica.

A Floresta do Congo é a segunda maior floresta equatorial do mundo e cobre a maior parte das regiões norte e central da RDC. Atualmente, muitas das tropas do componente militar da MONUSCO estão desdobradas em grandes áreas cobertas pela floresta. Muito provavelmente, para estas áreas que as tropas brasileiras seriam enviadas numa futura participação naquela missão.

Assim, da mesma maneira que muitos contingentes brasileiros enviados à MINUSTAH adquiriram larga experiência em operações urbanas, possíveis de serem aproveitadas nas operações de garantia da lei e da ordem em território nacional, um futuro emprego em ambiente de floresta equatorial, no continente africano, poderá possibilitar enorme ganho em instrução e adestramento em operações na selva, possíveis de serem aproveitadas na defesa da Amazônia brasileira.

O ambiente operacional congolês representa uma grande oportunidade de emprego de tropas específicas do Comando Militar da Amazônia (CMA) e do Comando Militar do Norte (CMN) em operações de paz. Em função da vegetação, do clima e da hidrografia da região, a área de responsabilidade atribuída as tropas do EB, muito provavelmente, propiciariam espaço para desenvolvimento e fortalecimento das correspondentes técnicas, táticas e procedimentos (TTP)

específicas das operações na selva, e demais capacidades típicas de um Batalhão de Infantaria de Selva (BIS).

Além do ganho para as tropas da região amazônica que, num primeiro momento, seriam as mais aptas a participarem da missão, é possível projetar-se ganhos para o EB como um todo quando, em um segundo momento, as tropas dos demais Comandos Militares de Área passassem a participar do rodízio dos contingentes. Obviamente que todas as experiências adquiridas pelos contingentes sucessivos, e “amadurecidas” pelo CCOPAB, passariam a ser acumuladas, somadas e transmitidas a cada nova preparação.

Assim, ao término da MONUSCO, ou da participação dos contingentes do Brasil na missão, a quantidade de tropas do EB com experiência em operações em ambiente de selva, quer pela capacidade doutrinária própria, quer pela experiência vivenciada na RDC, potencializariam as condições do EB na defesa da Amazônia.

Por último, específico da MONUSCO, um aspecto positivo de grande relevância é a existência atual de uma certa “facilidade momentânea” no caso de um futuro desdobramento de tropa do EB na RDC. Certamente que seria possível tirar proveito dos conhecimentos, experiências e lições aprendidas do atual *Force Commander*, o General de Divisão Elias Rodrigues Martins Filho, do EB, bem como de todo o seu Estado-Maior Pessoal (EMP), integrado por oficiais e praças do EB.

Em 2018, mais uma vez o Brasil foi requisitado pela ONU para designar um general do Exército Brasileiro como *Force Commander* da MONUSCO. Tal solicitação reforçou o enorme prestígio do país no âmbito do Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO).

Após rigoroso processo de escolha e aprovação, conduzidos tanto no Brasil, quanto na ONU, o General Elias foi confirmado como o novo “*MONUSCO Force Commander*”, com assunção do cargo ocorrida em outubro de 2018.

O Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, anunciou hoje a nomeação do General de Divisão Elias Rodrigues Martins Filho, do Brasil, como Comandante da Força da Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO). [...] O General de Divisão Elias tem uma distinta carreira militar nas Forças Armadas do Brasil, com mais de 35 anos de serviço. [...] possui ampla experiência em manutenção da paz, tendo atuado como Oficial de Planejamento no Serviço de Geração de Forças no Departamento de Operações de Paz de 2005 a 2008. Ele também atuou como Conselheiro Militar Adjunto da Missão Permanente do Brasil nas Nações Unidas, entre 2001 e 2003, e como Funcionário da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola de 1995 a 1996. (ONU, 2019c) (tradução nossa)

Duas considerações importantes podem ser feitas a respeito do convite da ONU para que o Brasil indicasse um general do EB para chefiar o componente militar da MONUSCO. O primeiro diz respeito às disputas e aos interesses regionais que permeiam as relações da RDC com os países do seu entorno. A chefia do componente militar desta importante missão localizada no “coração” da África subsaariana tem sido motivo de muitas controvérsias e, assim, a liderança de um general brasileiro tem sido encarada com respeito, admiração e isenção pelos Estados-Membros da ONU, favorecendo a sua aprovação.

A segunda consideração, e talvez ainda de maior relevância, faz crer que a excelência do trabalho realizado pelo General Carlos Alberto dos Santos Cruz à frente do componente militar da MONUSCO, de meados de 2013 até o final de 2015, tenha motivado a ONU a solicitar ao Brasil que fizesse a indicação de mais um general brasileiro para o comando daquela importante missão de paz. Assim como os demais generais brasileiros que obtiveram expressivos sucessos à frente de suas tropas na MINUSTAH, o General Santos Cruz obteve novo e irretocável sucesso na MONUSCO, reforçando toda capacidade de trabalho, liderança e comprometimento dos chefes militares do EB e, com certeza, abrindo portas para novos convites e ocupação de posições de prestígio.

Altamente relevante, portanto, são, também, os ensinamentos, as lições aprendidas e as experiências do General Santos Cruz, antigo “*MONUSCO Force Commander*”, e de seus dois EMP sucessivos (cada qual composto por dois oficiais e quatro praças), com grande gama de ensinamentos e contribuições sobre a dinâmica daquela missão.

Entre as contribuições do General Santos Cruz, após o término de sua missão na RDC, destaca-se a elaboração do “*Cruz Report*”, como ficou conhecido no ambiente ONU o documento produzido com a finalidade de melhorar a segurança das tropas da ONU nas missões de paz, aqui já citado algumas vezes, justamente pelo conteúdo de grande relevância.

Cabe destacar, ainda, a iniciativa do General Santos Cruz, durante a chefia do componente militar da MONUSCO, no sentido de implementar um treinamento especializado em guerra na selva para as tropas da Brigada de Intervenção. De sua visão inicial é que foram delineadas as primeiras tratativas que culminaram no envio inédito, no dia 22 de junho de 2019, de uma equipe de instrução formada apenas por

oficiais e praças do EB, com a missão de realizar treinamento de guerra na selva para as tropas da MONUSCO.

Treze militares das Forças Armadas brasileiras embarcam hoje (22), para a República Democrática do Congo, onde participam da MONUSCO [...]. Os brasileiros foram chamados para atuar junto à Brigada de Intervenção (composta por 3 mil militares da África do Sul, Tanzânia e Malawi), no combate aos grupos armados e às doenças tropicais. O grupo vai atuar em Beni no leste do país, onde, de acordo com a ONU, existem 70 grupos armados em atividade.⁹ (Portal EBC, 2019)

As experiências que serão adquiridas por essa equipe de instrução de guerra na selva do EB, somadas aos ensinamentos e lições aprendidas dos generais Elias e Santos Cruz, bem como de seus respectivos “*staffs*” serão de grande valor e configuram-se como oportunidades ímpares para o caso do Brasil aderir a MONUSCO, concordando com o envio de tropa para o Congo.

Também poderiam contribuir na preparação, na instrução e no adestramento das tropas do EB, no caso de um futuro envio de contingente para a RDC, os militares do Exército que integraram, ou estão neste momento integrando à Missão de Segurança da Embaixada do Brasil na República Democrática do Congo (Destacamento DIAMANTE), estabelecido em Kinshasa desde 2006.

As instruções para a tropa devem abranger duas áreas: uma básica e geral, válida para todos os tipos de missão (preparação completa) e outra específica, válida para uma determinada missão (preparação específica), envolvendo todos os aspectos conhecidos, como o conflito em si, o clima da região, os costumes e as características da população, o conceito da operação, a organização da força, as relações de comando e as tarefas a executar. (BRASIL, 2013, p. 43)

Em resumo, do que foi apresentado de aspectos positivos do envio de contingente militar para MONUSCO, sejam estes aspectos comuns a qualquer missão de paz da ONU ou específicos para o caso do país anfitrião ser a RDC, uma participação do EB na MONUSCO poderá permitir, em nível operacional e tático:

- suprir a “lacuna” surgida com o término da MINUSTAH;
- manter o nível de excelência alcançado pelo CCOPAB;
- proporcionar experiência prática aos militares de carreira do EB;
- angariar ganhos estruturais e logísticos (MEM);
- possibilidade de interagir com tropas de outros países no âmbito da MONUSCO;
- oportunidade de aumentar a interoperabilidade do EB com a MB e a FAB;

⁹ Matéria publicada no Portal EBC, em 22 de junho de 2019: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-06/militares-brasileiros-embarcam-para-missao-de-paz-no-congo>.

- oportunidade de atuar em ambiente operacional similar ao da Floresta Amazônica;
- oportunidade de empregar tropas específicas dos CMA e CMN em Op Paz;
- oportunidade do EB apoiar a PEB;
- oportunidade de alavancar o subprojeto "Preparação de força de valor Brigada para atuar em missões de paz ou como força expedicionária";
- oportunidade de focar no Objetivo Estratégico do Exército Nr 2 (OEE 2) "Ampliar a projeção do Exército no cenário internacional"; e
- oportunidade de tirar proveito da "facilidade momentânea", face a quantidade de militares do EB que, atualmente, possuem notória e relevante experiência a cerca da RDC e da MONUSCO.

Do exposto, infere-se que o possível envio de um contingente militar brasileiro para participação na MONUSCO, se concretizado, poderá possibilitar consideráveis ganhos para o EB, desde os aspectos positivos mais simples, inerentes ao campo tático, até aspectos mais amplos e complexos, que permeiam o campo operacional.

Tal feito poderá reforçar, para o Mundo, o alto nível de profissionalismo do EB, ao mesmo tempo que, em um círculo virtuoso, a cada envio de um novo contingente, poderá gerar uma gama de oportunidades individuais, coletivas e institucionais, fortalecendo as capacidades da Força Terrestre.

6 VULNERABILIDADES (RISCOS) DE UMA FUTURA PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA MONUSCO

Apesar dos aspectos positivos e oportunidades relevantes que foram apresentadas no capítulo anterior, toda participação de contingente de tropa do Brasil em operações de paz da ONU é cercada de vulnerabilidades e riscos para o país e para as FA.

A seguir, estas vulnerabilidades e riscos serão apresentadas, considerando-se o nível político estratégico e o nível operacional e tático, de maneira genérica, (riscos válidos para qualquer missão de paz da ONU) e, também, de maneira específica (riscos próprios da MONUSCO).

6.1 VULNERABILIDADES (RISCOS) PARA O PAÍS (NÍVEL POLÍTICO ESTRATÉGICO)

Uma primeira vulnerabilidade que deve ser considerada em relação ao envio de tropas brasileiras para uma missão de paz da ONU é a possibilidade de gastos elevados do governo brasileiro em contrapartida aos repasses insuficientes da ONU. Embora exista a previsão de reembolso dos gastos por parte da ONU, e este realmente ocorra, o mesmo não se destina a cobrir 100% das despesas do país contribuinte com tropa.

Como uma forma de estimular a contribuição dos países-membros, a ONU divide com eles as responsabilidades logísticas, utilizando o processo de reembolso e de fornecimento de determinadas classes de suprimento. Tal divisão é especificada em acordos prévios e, especificamente, no MOU firmado entre a ONU e o país participante. (BRASIL, 2013, p. 34)

Segundo o Manual de Operações de Paz do MD, ao participar de uma missão de paz da ONU, o Brasil fica com os encargos de pagamento de pessoal no exterior, despesas com viagens de inspeção, apoio e coordenação, bem como investimentos iniciais necessários à compra de equipamentos. Assim, demais gastos são cobertos no todo, ou em parte, por indenizações e reembolsos previstos no Memorando de Entendimento (MOU, na sigla em inglês). (BRASIL, 2013, p. 24).

Cresce de importância, portanto, a elaboração de planejamentos muito bem detalhados a respeito das necessidades e valores envolvidos, a fim de evitar-se perda de recursos financeiros. “[...] em cada contingente deverá haver oficiais com

conhecimento das atividades administrativas relacionadas com o reembolso pela ONU das despesas financeiras realizadas.” (BRASIL, 2013, p. 35)

Apesar do reembolso praticado pela ONU, os dados apresentados no LBDN mostram que o gasto do Governo do Brasil com a participação do contingente militar brasileiro na MINUSTAH, no período de 2004 a 2012, superaram em mais de 1,1 bilhão de reais os valores repassados pela ONU.

	Gastos do Governo brasileiro		Repasse da ONU**
	em R\$ milhões		em R\$ milhões
	MINUSTAH	UNIFIL	MINUSTAH
2004	148,07	-	12,59
2005	142,38	-	77,57
2006	80,67	-	51,59
2007	112,10	-	42,63
2008	127,92	-	95,01
2009	125,41	-	20,08
2010*	673,86	-	80,02
2011	245,06	43,20	125,61
2012***	14,53	6,52	18,87
Total	1.670,00	49,72	523,97

* Os valores de 2010 englobam o emprego da tropa, a ativação do 2º Batalhão de Infantaria de Força de Paz e os recursos destinados à ajuda humanitária.

** Não há reembolsos da ONU quanto a UNIFIL, pois o memorando de entendimento ainda está em negociação.

*** Dados computados até junho de 2012.

Figura 2 – Gastos do governo brasileiro e repasses da ONU para a MINUSTAH e UNIFIL (2012)

Fonte: LBDN, 2012, p. 163

Em uma nova versão do LBDN, ainda preliminar, estes dados comparativos dos gastos brasileiros e do repasse da ONU em relação à MINUSTAH, no período de 2004 a 2015, mostram que o Brasil despendeu mais de 750 milhões de dólares, além daquilo que foi reembolsado pela ONU. Valor bastante expressivo, mesmo que tenha sido diluído ao longo de mais de 10 anos.

Ano	Gastos do Governo brasileiro		Repasse da ONU
	MINUSTAH	UNIFIL	MINUSTAH
2004	50,60	-	4,70
2005	58,47	-	31,18
2006	37,03	-	24,09
2007	57,54	-	24,02
2008	69,71	-	40,67
2009	62,79	-	11,54
2010*	382,80	-	50,45
2011	146,30	43,20	66,99
2012	144,39	52	46,81
2013	79,35	34,59	55,78
2014	73,34	32,28	51,38
2015	44,51	21,31	37,99
Total	1.206,85	183,39	445,61

* Os valores de 2010 englobam o emprego da tropa, a ativação do 2º Batalhão de Infantaria de Força de Paz e os recursos destinados à ajuda humanitária.

Figura 3 – Gastos do governo brasileiro e repasses da ONU para a MINUSTAH e UNIFIL (US\$ milhões)

Fonte: LBDN, 2016, p. 124 (versão preliminar)

Tal consideração a cerca dos gastos com o envio de um contingente para missão de paz é de suma importância, uma vez que certamente será apreciado pelo nível político quando dos debates para tomada de uma decisão presidencial neste sentido.

Tendo o MD chegado à conclusão sobre o valor do contingente e a quantidade de recursos orçamentários necessários para preparo, transporte, operação, sustentação, logística, acompanhamento, repatriação/resgate e desmobilização desse contingente, essas informações, bem como todas aquelas disponíveis a respeito da Op Paz, além dos motivos políticos que justificam a participação brasileira, serão sintetizados em uma EMI que será encaminhada ao Presidente da República, via Casa Civil da Presidência. (BRASIL, 2013, p. 32)

Contudo, após a decisão do Presidente da República, em última análise, caberá ao Congresso Nacional a aprovação do envio de tropa do Brasil para a missão de paz da ONU: “Compete especificamente ao Congresso Nacional [...] resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional (art. 49) [...]” (BRASIL, 2012a, p. 177).

Uma outra vulnerabilidade que se apresenta, atualmente, é a possibilidade de término da missão na RDC em um curto prazo. Neste caso, apesar de todo esforço despendido para se enviar um contingente de tropas do Brasil para o continente africano, em termos políticos, financeiros, logísticos e operacionais, não se teria tempo hábil para que os retornos positivos que foram vislumbrados e estudados no capítulo anterior fossem obtidos.

Desde sua criação, mesmo ainda como MONUC, todos os mandatos da MONUSCO sempre foram renovados pelo período de um ano. A missão foi ganhando dimensão e, com a criação da Brigada de Intervenção, tornou-se a maior missão de paz da ONU em termos de efetivos e orçamento. Contudo, uma nova política vem sendo adotada nos últimos anos e, quando da renovação do último mandato, em março de 2019, pode-se constatar uma tendência de redução gradativa da missão, transferência de responsabilidades para o país anfitrião e projeção de um término da missão em um futuro próximo. (ONU, 2019h)

O Conselho de Segurança da ONU decidiu por unanimidade na sexta-feira, 29 de março, renovar o mandato da Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo MONUSCO, até 20 de dezembro de 2019, com duas prioridades estratégicas. [...] A resolução adotada pelo Conselho confia ainda ao Secretário-Geral das Nações Unidas a apresentação, o mais tardar em 20 de outubro de 2019, dos resultados de sua análise estratégica independente

da Missão da ONU na RDC, que incluirá “um plano de retirada gradual, progressivo e abrangente”. (ONU, 2019d)

No final de 2018, a RDC obteve relativo sucesso na realização de eleições presidenciais, nacionais e provinciais. Tal êxito possibilitou a primeira transferência pacífica de poder na história do país. Desde então, o CSNU tem enfatizado a necessidade de transferir, progressivamente, as tarefas da MONUSCO para o governo congolês, de maneira que a Missão possa deixar o país de acordo com “um plano de retirada responsável e sustentável”.

Segundo a nova resolução da ONU, contribuir para a proteção de civis e a estabilização e fortalecimento das instituições do Estado são as duas prioridades estratégicas da MONUSCO para os próximos nove meses. (ONU, 2019d)

Após a abordagem destes dois aspectos, acima descritos, gastos elevados do governo brasileiro com uma missão de paz e possibilidade da missão na RDC encerrar-se em curto período de tempo, pode-se visualizar um outro risco em potencial, que é a combinação das duas situações ao mesmo tempo. Ou seja, a decisão de enviar tropa para MONUSCO precisa ser muito bem avaliada, entre outros motivos, pela vulnerabilidade existente do governo brasileiro vir a gastar considerável quantia de recurso público e, antes de um retorno satisfatório, a missão ser encerrada.

Segundo estabelecido no LBDN, “A eficiente gestão dos recursos de defesa do País requer o equilíbrio entre o uso adequado dos recursos financeiros disponíveis e as desejáveis capacidades de Defesa Nacional” (BRASIL, 2012a, p. 167). Certamente que uma situação dessas, caso viesse a acontecer, seria bastante explorada pela opinião pública do país e, conseqüentemente, traria repercussões negativas para o atual governo, no nível político.

A perda do status de neutralidade em função de intrometimento nas questões políticas da Região dos Grandes Lagos Africanos, e entorno, é outro risco que precisa ser ponderado na tomada de decisão de enviar tropa do Brasil para uma missão de paz no continente africano. A MONUSCO, em especial, é uma missão de enorme complexidade, justamente pelo cenário que levou a desestabilização do Estado congolês, no final da década de 1990 e início dos anos 2000, que envolveu uma série de atores de toda espécie: países africanos, países externos ao continente, grupos armados, refugiados e deslocados, organizações não-governamentais, alianças regionais e a própria ONU.

Assim, as decisões políticas adotadas na MONUSCO não afetam apenas o país anfitrião, mas todos os países do entorno do Congo e diversos outros grupos com interesses diversos naquela área geográfica que, sabidamente, é uma das regiões mais ricas em minérios, e outros recursos naturais, do mundo. O documentário sobre o Parque Nacional Virunga, localizado na região leste da RDC (*“Virunga Documentary”* em seu nome original em inglês), produzido em 2013, retrata em detalhes muitos dos diversos interesses por detrás da problemática desestabilização do país.

Dessa maneira, ao enviar tropa para participar da MONUSCO, o Brasil certamente que será envolvido nos desdobramentos que permeiam as decisões do nível político da missão e precisará posicionar-se em questões sensíveis para os países da região. Pressões políticas serão realizadas e manter-se neutro, totalmente imparcial, não mais será possível.

Embaraços com estados da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (a exemplo de Angola, que possui significativos interesses no Congo) também podem ser esperados e configuram-se como mais uma vulnerabilidade a ser ponderada. Tropas de Angola adentraram no território congolês e tiveram envolvimento nas duas Guerras do Congo, ora em apoio aos grupos interessados em derrubar o governo do Congo, ora em favor do governo constituído e contra os interesses de países como Ruanda, Uganda e Burundi.

O fato é que o jogo político no qual a MONUSCO está inserida apresenta mais esta vulnerabilidade para aqueles países que aderem à missão. Sendo o Brasil integrante da CPLP, o risco de envolver-se em problemáticas contrárias aos interesses de Angola na região, ou de qualquer outro país africano lusófono, devem ser estimados, acompanhados e, na medida do possível, mitigados.

Um outro aspecto que poderá vir a se concretizar numa futura participação do Brasil com envio de contingente para MONUSCO é a possibilidade de aumento significativo de imigração desordenada de congolezes para o Brasil, em busca de melhores condições de vida. Segundo dados da Polícia Federal, cerca de 72 mil haitianos entraram em território brasileiro entre os anos de 2010 e 2015. Um dos fatores relevantes para que tal situação ocorresse foi a participação do Brasil na MINUSTAH.

Outro fluxo migratório, bastante relevante, foi o de angolanos refugiados vindos para o Brasil na década de 1990. Não por coincidência, nesta mesma época

o Brasil participou da missão de paz da ONU naquele país (UNAVEM). Assim, a de ser levado em consideração que uma presença militar brasileira na RDC, estreitando laços entre os dois países, abre espaço para um aumento do fluxo de imigrantes congolezes para o Brasil e representa um risco a ser analisado.

Por último, no nível político, existe, ainda, o grande risco para o país de um desgastante conflito político interno entre o envio de um contingente de tropa para missão externa ao território nacional ao mesmo tempo em que o país vivencia certo grau de instabilidade política, econômica e de segurança pública, que acabam por se traduzir em demandas internas diversas. Por exemplo, recentemente, a questão das queimadas na Amazônia acabou refletindo na decisão presidencial de decretar uma Operação de Garantia da Lei e da Ordem Ambiental, com emprego imediato do EB na região. Se estivesse em discussão o envio de tropas do EB para o continente africano, neste mesmo momento de apelo em relação à proteção da Amazônia, certamente que os assuntos entrariam em atrito no nível político.

A desistência do Brasil de enviar tropas para a missão de paz na República Centro-Africana, oficializada em 2018, também serve de exemplo sobre como as demandas internas do Brasil podem conflitar com o interesse em participar de uma nova operação da ONU.

Dado como certo até o final do ano passado, o envio de tropas brasileiras para a missão de paz da ONU na República Centro-Africana foi cancelado pelo governo brasileiro. A intervenção federal na área de segurança no Rio monopolizou a atenção e o orçamento do governo para as Forças Armadas junto com o deslocamento de soldados para atender a situação de emergência de refugiados venezuelanos na fronteira com Roraima.¹⁰ (Tecnologia & Defesa, 2018)

Em resumo, do que foi apresentado de vulnerabilidades e riscos do envio de contingente militar para MONUSCO, sejam estes comuns a qualquer missão de paz da ONU ou específicos da RDC, uma participação do Brasil na MONUSCO poderá se deparar, em nível político estratégico, com:

- gastos elevados do governo brasileiro;
- possibilidade de término da Missão em um curto período de tempo;
- falta de tempo para que os retornos esperados, em razão dos esforços despendidos, sejam obtidos;
- perda do status de neutralidade em assuntos inerentes aos países africanos;
- embaraços com países da CPLP;

¹⁰ Matéria publicada no site Tecnologia & Defesa, em 11 de abril de 2018. Disponível em: <http://tecnodefesa.com.br/brasil-desiste-da-missao-de-paz-na-republica-centro-africana-minusca/>.

- possibilidade de aumento significativo de imigração desordenada de congoleses para o Brasil; e
- conflito político interno.

Do exposto, infere-se que o possível envio de um contingente militar brasileiro para participação na MONUSCO, se concretizado, poderá gerar consideráveis riscos políticos e estratégicos, que demandarão grande esforço para que sejam, na medida do possível, controlados e mitigados.

6.2 VULNERABILIDADES (RISCOS) PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO (NÍVEL OPERACIONAL E TÁTICO)

Diversos são os riscos aos quais o desdobramento de um contingente de tropa do EB em missão de paz da ONU poderá ser exposto. As variáveis, que traduzem-se em vulnerabilidades para a tropa que está atuando em território estrangeiro, longe do solo nacional, são, em boa parte, possíveis de se antever. Contudo, algumas destas serão completamente inesperadas, incontroláveis e potencialmente mais danosas.

A exposição dos militares do EB a doenças endêmicas e/ou epidêmicas (a exemplo do ebola que, no último surto da doença, levou a óbito mais de 1800 pessoas entre agosto de 2018 e agosto de 2019, na região leste do Congo) é uma realidade certa de ser encontrada. Para isso, medidas sanitárias são previstas e os riscos podem ser mitigados. Contudo, a possibilidade de militares atuando neste contexto serem infectados existe e um cuidado extra faz-se necessário para evitar que, além dos riscos inerentes à área da missão, nenhuma porta para entrada de doenças estranhas ao Brasil seja aberta.

Em 1 de agosto de 2019, ou seja, exatamente 1 ano após o início da epidemia, 2.619 casos tinham sido confirmados (sendo que ainda haviam 94 casos prováveis e 423 suspeitos), 1.823 pessoas tinham morrido e 782 tinham sobrevivido ao surto de DVE na RDC. Em 24 de agosto de 2019, A OMS disse que o surto de ebola na RDC está a aproximar-se do marco histórico de dois mil mortos, na epidemia que dura há mais de um ano. (OMS, 2019)

Outro risco elevado, no caso de uma participação de tropa do Brasil em uma missão de paz da ONU, é a chance concreta de morte de militares do EB em combate. Um relatório independente sobre Operações de Paz da ONU concluiu que, desde 1948, mais de 3.500 pessoas perderam a vida servindo nas operações de paz das Nações Unidas, sendo mais de 900 devido a atos de violência. E a situação tem piorado nos últimos anos. Desde 2011, as mortes devido a atos de violência aumentaram no período de 2013 a 2016 e, o ano de 2017 encerrou-se com um número de fatalidades significativamente maior. Segundo o *“Cruz Report”*, de 2015 a 2017, os atos hostis contra as forças de paz dobraram a cada ano. (ONU, 2019b)

No caso específico da MONUSCO a situação merece uma atenção especial e é motivo de alerta. A missão na RDC é uma das operações de paz da ONU mais perigosas da atualidade e os números oficiais registrados apresentam tal realidade. “[...] hoje MINUSMA, MINUSCA e MONUSCO representam um nível cada vez mais

alto de mortes.” (ONU, 2019b). Segundo dados fornecidos pelo site oficial da MONUSCO, desde sua criação, a missão sofreu 176 baixas fatais. (ONU, 2019e).

A exemplo do tamanho do desafio enfrentado pelas tropas da MONUSCO em prover a própria segurança no terreno, destaca-se o terrível ataque sofrido por uma Base de Companhia da Tanzânia, em Semuliki, no dia 7 de dezembro de 2017, que deixou 15 vítimas fatais e 53 feridos.

GOMA, República Democrática do Congo (Reuters) – Rebeldes ugandenses mataram pelo menos 15 capacetes azuis da Tanzânia e feriram outros 53 em uma incursão em uma base no Congo que o Secretário-Geral da ONU, Antonio Guterres, chamou na sexta-feira de o pior ataque à organização na história recente.¹¹ (REUTERS, 2018)

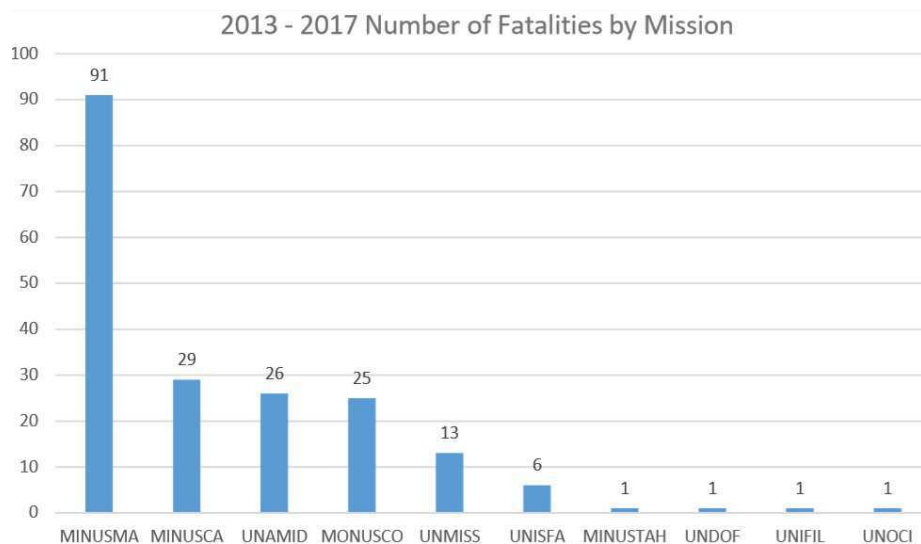


Figura 4 – Número de baixas fatais por missão de paz da ONU (2013 – 2017)

Fonte: Cruz Report (ONU, 2019b)

Uma outra vulnerabilidade que precisa ser considerada em uma futura participação de militares brasileiros em operações no exterior, mesmo que em missão de paz, é a possibilidade de envolvimento em situação que leve o militar, ou a tropa, a algum tipo de denúncia de cometimento de crime contra os Direitos Humanos, contra o Direito Internacional Humanitário (DIH) ou Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA). Por exemplo, na MONUSCO existem grupos armados que utilizam crianças como combatentes (“*child soldiers*”). Em muitas ocasiões, é impossível garantir a segurança destas crianças que também são

¹¹ Matéria publicada no site da agência Reuters, em 8 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-congo-un/rebels-kill-15-peacekeepers-in-congo-in-worst-attack-on-u-n-in-recent-history-idUSKBN1E21YK>.

vítimas da grave crise que assola aquele país por décadas. Dependendo do contexto, obviamente, na ocorrência de alguma situação que venha a tirar a vida de algum destes chamados "*child soldiers*", mesmo que o objetivo da ação seja a neutralização de algum grupo armado, os militares do EB, envolvidos nesta situação hipotética, poderiam ficar expostos à leis internacionais.

O DICA refere-se à relação entre Estados e aplica-se somente por ocasião de um conflito armado. Os Direitos Humanos se caracterizam pela universalidade e indivisibilidade e se aplicam em qualquer situação. Nesse contexto, o Estado deve respeitar os direitos civis e políticos e promover os direitos sociais, econômicos e culturais. Tanto o DICA quanto os Direitos Humanos têm por fundamento o respeito à integridade física e moral da pessoa humana. Entre outros fatores, a crescente participação das Forças Armadas em Operações de Paz e em operações de Garantia da Lei e da Ordem evidenciou a necessidade de aprimorar o estudo dos Direitos Humanos e do Direito Internacional dos Conflitos Armados nas diversas instituições de ensino da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. (BRASIL, 2012a, p. 180).

[...]

Para orientar o emprego das Forças Armadas, o Ministério da Defesa emite uma diretriz que estabelece as regras de engajamento — procedimentos operacionais ou normas gerais de ação que orientam a conduta individual e coletiva da tropa empregada, inclusive em operações não convencionais. As regras de engajamento são elaboradas de acordo com cada missão em que as Forças Armadas venham a atuar, observando fielmente os preceitos legais vigentes no País, os quais constituirão fator limitativo de liberdade de ação durante a autodefesa e a legítima defesa. (BRASIL, 2012a, p. 179).

[...]

O emprego constitucional das Forças Armadas em conflitos armados internacionais também está fundamentado no Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA). (BRASIL, 2012a, p. 179).

“É importante ressaltar que o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil já possui uma série de estágios que tratam da temática de Direitos Humanos. Ademais, a própria ONU distribuiu diretrizes para atuação em Operações de Paz” (BRASIL, 2012a, p. 180).

É recomendável que um contingente somente seja enviado para a área da missão após o recebimento das Diretrizes (Guidelines) da Missão, salvo em caso específico de interesse político brasileiro. Se for avaliado não ser pertinente o emprego da tropa em algumas das tarefas previstas nas Diretrizes para uma Op Paz, tal fato deverá ser comunicado pelo MD (EMCFA) à ONU, por intermédio do MRE. (BRASIL, 2013, p. 36)

Outra possibilidade não favorável, mas que necessariamente deve ser considerada é o risco dos soldados brasileiros ficarem expostos às catástrofes naturais, como enchentes, deslizamentos de terra, terremotos ou erupções vulcânicas. Infelizmente, o Brasil perdeu 18 militares no terremoto no Haiti em 2010. Muitos outros soldados a serviço da ONU já foram vítimas de catástrofes naturais ocorridas na área de suas missões. A cidade de Goma está a poucos quilômetros do

vulcão Nyiragongo, um dos vulcões com o maior lago de lava em atividade do mundo. Esta é uma daquelas variáveis incontornáveis e que existem em qualquer missão. Contudo, o importante é a consciência do risco e o planejamento adequado das medidas de contingência correspondentes.

Uma outra possibilidade que configura-se como risco relativo é o contingente brasileiro ser subempregado ou exposto a riscos desnecessários, em razão de interesses escusos. Como toda missão de paz da ONU, interesses políticos e econômicos, sejam do país anfitrião, dos países regionais vizinhos ou da comunidade internacional, fazem parte da problemática em questão. A exemplo disto, o documentário sobre o Parque Nacional Virunga (*“Virunga Documentary”*), situado na região leste da RD Congo, expôs muito dos bastidores e interesses envolvidos naquela região do país e abriu espaço para uma reflexão sobre o "verdadeiro" papel das tropas internacionais da ONU na busca por uma solução definitiva para a paz na região.

O contingente brasileiro só poderá ser empregado naquelas atividades previstas no Mandato inicial da ONU. Quaisquer alterações das tarefas atribuídas inicialmente ao contingente, por meio de novas resoluções da ONU ou mesmo por iniciativa do Chefe da Missão, só poderão ser realizadas após avaliação e aprovação pelo MD. (BRASIL, 2013, p. 35)

O “esvaziamento” das OM do EB contribuintes com efetivos para os sucessivos contingentes brasileiros a serem enviados para uma futura missão de paz também precisa ser levado em consideração. Para cada novo rodízio de tropas, faz-se necessário a execução de todo um ciclo de preparação, desdobramento do contingente, emprego na missão e desmobilização. Tudo isso faz com que as OM que cedem militares para a missão de paz permaneçam com seus efetivos reduzidos por grandes períodos. Desse modo, tal situação representa certo grau de vulnerabilidade para a OM e, conseqüentemente, para o EB. Contudo, a experiência durante a MINUSTAH mostrou que é possível mitigar os aspectos negativos desta questão de efetivos.

Por fim, a exposição dos militares do EB a atos terroristas é, sem dúvida, mais um risco relevante e que deve ser visualizado. Especificamente na MONUSCO, esse risco é ainda maior que em muitas outras missões de paz da ONU pela existência de grupos armados que vêm adotando práticas possíveis de serem enquadradas como terrorismo. Um destes é o chamado Forças Democráticas Aliadas (ADF, na sigla em inglês), grupo com ligações com o Al-Shabaab.

Em Op Paz, a Inteligência é a atividade que provê os conhecimentos necessários para:

- a) o planejamento das ações da Força de Paz;
- b) o preparo do contingente armado, inicialmente em território nacional, e a manutenção dos padrões na área da missão;
- c) o desdobramento da Força de Paz na área da missão, de forma adequada, oportuna e segura;
- d) o acompanhamento do cumprimento da missão da Força de Paz; e
- e) a antecipação de possíveis ações hostis contra a Força de Paz, contra outras entidades integrantes da missão de paz, contra instalações e patrimônio do organismo internacional e contra a população civil da área da missão. (Brasil, 2013, p. 40)

Em resumo, do que foi apresentado de vulnerabilidades e riscos do envio de contingente militar para MONUSCO, sejam estes comuns a qualquer missão de paz da ONU ou específicos da RDC, uma participação do EB na MONUSCO poderá se deparar, em nível operacional e tático, com:

- possibilidade de exposição dos militares do EB a doenças endêmicas e/ou epidêmicas;
- risco elevado de morte de militares do EB em combate;
- exposição de militares do EB à denúncia de crimes contra os DH, o DIH, ou o DICA;
- risco considerável de ocorrência de catástrofes naturais;
- possibilidade do contingente brasileiro ser subempregado ou exposto a riscos desnecessários;
- exposição dos militares do EB a atos terroristas; e
- “esvaziamento” das OM do EB contribuintes com efetivos para o contingente brasileiro por grandes períodos.

Do exposto, infere-se que o possível envio de um contingente militar brasileiro para participação na MONUSCO, se concretizado, poderá gerar alguns riscos para o EB que, com a preparação e o planejamento adequados, na medida do possível, poderão ser controlados e mitigados.

7 CONCLUSÃO

A relevância da participação do Brasil nas operações de paz da ONU, reconhecida e consagrada no ambiente internacional, é motivo de orgulho para as Forças Armadas brasileiras. Como abordado, atualmente o país desdobra um efetivo reduzido de militares a serviço das Nações Unidas em missões de paz. Enquanto o envio de um novo contingente não se configura, cresce de importância o estudo e a análise de perspectivas de cenários futuros.

Assim, exatamente orientado nesta direção, este trabalho buscou delinear as oportunidades e as ameaças do envio de tropa do EB para MONUSCO, bem como concluir sobre sua viabilidade. Para isso, além da busca na bibliografia apresentada ao final deste, 31 (trinta e um) militares e civis, com experiências diversas na temática estudada, responderam a pesquisa formulada para confirmar, ou não, as percepções inicialmente visualizadas.

Nos anexos BRAVO e CHARLIE pode-se verificar, respectivamente, o formulário modelo utilizado para pesquisa e o resultado das respostas às questões objetivas. As respostas às questões subjetivas foram consideradas e inseridas no corpo do trabalho (capítulos 5 e 6), a fim de reforçar ou negar as percepções preliminares.

Desta maneira, é possível inferir-se que uma participação do Brasil na MONUSCO poderá permitir:

- a. em nível político estratégico
 - projeção política internacional;
 - aumento do protagonismo e do prestígio na ONU;
 - dissuasão;
 - contribuição para a paz mundial (esforço coletivo);
 - participação no sistema internacional mais adequada a estatura político estratégica do Brasil;
 - estabelecimento de novas políticas de cooperação com a RDC e fortalecimento das já existentes;
 - ocupação de espaço político no entorno estratégico (ação de presença);
 - contribuição para a manutenção da paz e da segurança no Atlântico Sul; e
 - abertura de mercado para negócios brasileiros na África.

b. em nível operacional e tático

- suprir a “lacuna” surgida com o término da MINUSTAH;
- manter o nível de excelência alcançado pelo CCOPAB;
- proporcionar experiência prática aos militares de carreira do EB;
- angariar ganhos estruturais e logísticos (MEM);
- possibilidade de interagir com tropas de outros países no âmbito da MONUSCO;
- oportunidade de aumentar a interoperabilidade do EB com a MB e a FAB;
- oportunidade de atuar em ambiente operacional similar ao da Floresta Amazônica;
- oportunidade de empregar tropas específicas dos CMA e CMN em Op Paz;
- oportunidade do EB apoiar a PEB;
- oportunidade de alavancar o subprojeto "Preparação de força de valor Brigada para atuar em missões de paz ou como força expedicionária";
- oportunidade de focar no Objetivo Estratégico do Exército Nr 2 (OEE 2) "Ampliar a projeção do Exército no cenário internacional"; e
- oportunidade de tirar proveito da “facilidade momentânea”, face a quantidade de militares do EB que, atualmente, possuem notória e relevante experiência a cerca da RDC e da MONUSCO.

Em contrapartida, é possível inferir-se que uma participação do Brasil na MONUSCO poderá causar, ou se deparar com:

a. em nível político estratégico

- gastos elevados do governo brasileiro;
- possibilidade de término da Missão em um curto período de tempo;
- falta de tempo para que os retornos esperados, em razão dos esforços despendidos, sejam obtidos;
- perda do status de neutralidade em assuntos inerentes aos países africanos;
- embaraços com países da CPLP;
- possibilidade de aumento significativo de imigração desordenada de congoleses para o Brasil; e
- conflito político interno.

b. em nível operacional e tático

- possibilidade de exposição dos militares do EB a doenças endêmicas e/ou epidêmicas;

- risco elevado de morte de militares do EB em combate;
- exposição de militares do EB à denúncia de crimes contra os DH, o DIH, ou o DICA;
- risco considerável de ocorrência de catástrofes naturais;
- possibilidade do contingente brasileiro ser subempregado ou exposto a riscos desnecessários;
- exposição dos militares do EB a atos terroristas; e
- “esvaziamento” das OM do EB contribuintes com efetivos para o contingente brasileiro por grandes períodos.

Em síntese, portanto, pode-se concluir que a participação do Brasil em missões de paz da ONU mantém o país em posição de protagonismo no sistema internacional. Contudo, aderir a MONUSCO enseja correr grandes riscos uma vez que a possibilidade concreta de que a mesma possa ser encerrada nos próximos anos, se consumada, significaria grande desperdício de esforços políticos, econômicos e, até mesmo, estratégicos.

Conclui-se também que a MONUSCO representa uma grande oportunidade do Exército Brasileiro manter o elevado nível alcançado com a MINUSTAH (em termos de preparação de contingentes, emprego da tropa e desenvolvimento de doutrina), minimizando a lacuna atualmente existente. Apesar disto, há de se levar em consideração os consideráveis riscos envolvidos para as tropas, principalmente no que diz respeito a perda de vidas.

Por fim, ao final desta pesquisa, conclui-se que a participação do Brasil na MONUSCO com o envio de um contingente de tropa é viável, mesmo que os riscos estudados e apontados sejam bastante relevantes. Trata-se de uma excepcional oportunidade de ganhos em diferentes níveis: do tático operacional ao político estratégico. Em que pese o enorme desafio representado por uma vasta gama de vulnerabilidades e riscos, tal participação será capaz de proporcionar distinta e relevante projeção do país no cenário internacional, bem como possibilitará fortalecer, substancialmente, muitas das capacidades militares terrestres do EB.

Assim, se o país quiser ocupar espaço de maior protagonismo no concerto das nações, uma das formas de fazer isto é aumentar seu engajamento em matéria de contribuição para o esforço coletivo internacional de busca da paz.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Evelyn. Exclusivo: Bolsonaro fala ao Jornal da Record após discurso na ONU. **Jornal da Record**, Nova Iorque, 24 set. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yRe_usiomCs>.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

_____. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Brasil no Haiti, um caso de sucesso (2004-2017)**. Disponível em: <http://www.coter.eb.mil.br/images/sistema/menu_divmispaz/brasil_haiti/01-Brasil-no-Haiti-Um-Caso-de-Sucesso.pdf>. Acesso em: 29 maio. 2019a.

_____. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Histórico das Operações de Paz**. Disponível em: <http://www.coter.eb.mil.br/images/sistema/menu_divmispaz/historico_op_paz/historico_das_operaes_de_paz.pdf>. Acesso em: 29 maio. 2019b.

_____. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Missão de Paz Individual**. Disponível em: <<http://www.coter.eb.mil.br/index.php/missao-individual-divmispaz>>. Acesso em: 29 maio. 2019c.

_____. Exército. Estado-Maior do Exército. **Catálogo de Capacidades do Exército (2015 – 2035)**. 1. ed. Brasília, DF, 2015.

_____. Exército. **Missões de Paz**. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/missoes-de-paz/>>. Acesso em: 21 mar. 2019c.

_____. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)**. 1. ed. Brasília, DF, 2012a.

_____. Ministério da Defesa. **Manual de Operações de Paz (MD34-M-02)**. 3. ed. Brasília, DF, 2013.

_____. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa (PND). Estratégia Nacional de Defesa (END)**. 1. ed. Brasília, DF, 2012b.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **O Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/>>

politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/4783-o-brasil-e-as-operacoes-de-paz/>. Acesso em: 28 maio. 2019d.

EUA. *Central Intelligence Agency*. **The World Factbook: Democratic Republic of the Congo**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/cg.html>>. Acesso em: 28 maio. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A ONU, a paz e a segurança**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/paz-e-seguranca/>>. Acesso em: 21 mar. 2019a.

_____. **Carta das Nações Unidas**. São Francisco: Nações Unidas, Departamento de Informação Pública, 1945.

_____. **Improving Security of United Nations Peacekeepers**: publicado em 19 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/improving_security_of_united_nations_peacekeepers_report.pdf>. Acesso em: 21 maio. 2019b.

_____. **MONUSCO**. Disponível em: <<https://monusco.unmissions.org/en/>>. Acesso em: 21 maio. 2019c.

_____. **MONUSCO**. Disponível em: <<https://monusco.unmissions.org/en/mandate>>. Acesso em: 21 maio. 2019d.

_____. **MONUSCO Fact Sheet**. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/mission/monusco>>. Acesso em: 21 maio. 2019e.

_____. **O que é Cooperação Sul-Sul e por que ela importa?** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/o-que-e-cooperacao-sul-sul-e-por-que-ela-importa/>>. Acesso em 21 mar. 2019f.

_____. *Security Council*. **Resolution 2409 (2018)**: publicada em 27 de março de 2018. Disponível em: <<http://unscr.com/en/resolutions/doc/2409>>. Acesso em 21 jun. 2019g.

_____. *Security Council*. **Resolution 2463 (2019)**: publicada em 29 de março de 2019. Disponível em: <<http://unscr.com/en/resolutions/doc/2463>>. Acesso em 21 jun. 2019h.

Virunga. Netflix Documentary. Direção: Orlando von Einsiedel. Produção Executiva de Leonardo DiCaprio. República Democrática do Congo: Netflix, 2014. *now streaming* (100 min).

WELLES, P.; DAVIES, F. L. **Congo e o General.** 2014, Kinshasa-RDC. Al Jazeera. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=de2lm4rh948>>. Acesso em: 29 maio. 2019.

Anexo ALFA

LISTA DE OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ DA ONU (1948 – 2018)

(elaboração do autor, fonte: ONU)

Encerradas:

- 1- de novembro de 1956 a junho de 1967: Primeira Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I);
- 2- de junho a dezembro de 1958: Grupo de Observadores das Nações Unidas para a Líbia (UNOGIL);
- 3- de julho de 1960 a junho de 1964: Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC);
- 4- de outubro de 1962 a abril de 1963: Força de Segurança das Nações Unidas para o Oeste da Nova Guiné (UNSF);
- 5- de julho de 1963 a setembro de 1964: Missão das Nações Unidas de Observação do Iêmen (UNYOM);
- 6- de maio de 1965 a outubro de 1966: Missão do Representante do Secretário-Geral na República Dominicana (DOMREP);
- 7- de setembro de 1965 a março de 1966: Missão de Observação das Nações Unidas para Índia e Paquistão (UNIPOM);
- 8- de outubro de 1973 a julho de 1979: Segunda Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF II);
- 9- de maio de 1988 a março de 1990: Missão das Nações Unidas de Bons Ofícios no Afeganistão e no Paquistão (UNGOMAP);
- 10- de agosto de 1988 a fevereiro de 1991: Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas no Irã e Iraque (UNIIMOG);
- 11- de janeiro de 1989 a junho de 1991: Primeira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM I);
- 12- de abril de 1989 a março de 1990: Grupo das Nações Unidas de Assistência à Transição (UNTAG);
- 13- de novembro de 1989 a janeiro de 1992: Grupo de Observadores das Nações Unidas na América Central (ONUCA);
- 14- de abril de 1991 a outubro de 2003: Missão de Observação das Nações Unidas no Iraque-Kuwait (UNIKOM);

- 15- de junho de 1991 a fevereiro de 1995: Segunda Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM II);
- 16- de julho de 1991 a abril de 1995: Missão de Observação das Nações Unidas em El Salvador (ONUSAL);
- 17- de outubro de 1991 a março de 1992: Missão de Avanço das Nações Unidas no Camboja (UNAMIC);
- 18- de fevereiro de 1992 a março de 1995: Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR);
- 19- de março de 1992 a setembro de 1993: Autoridade Transitória das Nações Unidas no Camboja (UNTAC);
- 20- de abril de 1992 a março de 1993: Primeira Operação das Nações Unidas na Somália (UNOSOM I);
- 21- de dezembro de 1992 a dezembro de 1994: Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ);
- 22- de março de 1993 a março de 1995: Segunda Operação das Nações Unidas na Somália (UNOSOM II);
- 23- de junho de 1993 a setembro de 1994: Missão de Observação das Nações Unidas em Uganda-Ruanda (UNOMUR);
- 24- de agosto de 1993 a junho de 2009: Missão de Observação das Nações Unidas na Geórgia (UNOMIG);
- 25- de setembro de 1993 a setembro de 1997: Missão de Observação das Nações Unidas na Libéria (UNOMIL);
- 26- de setembro de 1993 a junho de 1996: Missão das Nações Unidas no Haiti (UNMIH);
- 27- de outubro de 1993 a março de 1996: Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR);
- 28- de maio de 1994 a junho de 1994: Grupo de Observadores das Nações Unidas para a Faixa de Gaza (UNASOG);
- 29- de dezembro de 1994 a maio de 2000: Missão de Observadores das Nações Unidas no Tajiquistão (UNMOT);
- 30- de fevereiro de 1995 a junho de 1997: Terceira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III);
- 31- de maio de 1995 a janeiro de 1996: Operação de Restauração da Confiança das Nações Unidas na Croácia (UNCRO);

- 32- de março de 1995 a fevereiro de 1999: Força de Desdobramento Preventivo das Nações Unidas (UNPREDEP);
- 33- de dezembro de 1995 a dezembro de 2002: Missão das Nações Unidas na Bósnia e Herzegovina (UNMIBH);
- 34- de janeiro de 1996 a janeiro de 1998: Administração Transitória das Nações Unidas para a Eslovênia Oriental, Baranja e Sirmia Ocidental (UNTAES);
- 35- de janeiro de 1996 a dezembro de 2002: Missão de Observadores das Nações Unidas em Prevlaka (UNMOP);
- 36- de julho de 1996 a julho de 1997: Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti (UNSMIH);
- 37- de janeiro de 1997 a maio de 1997: Missão de Verificação das Nações Unidas na Guatemala (MINUGUA);
- 38- de junho de 1997 a fevereiro de 1999: Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA);
- 39- de agosto a dezembro de 1997: Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti (UNTMIH);
- 40- de dezembro de 1997 a março de 2000: Missão da Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti (MIPONUH);
- 41- de janeiro a outubro de 1998: Grupo de Apoio à Polícia Civil das Nações Unidas (UNCPSG);
- 42- de abril de 1998 a fevereiro de 2000: Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINURCA);
- 43- de julho de 1998 a outubro de 1999: Missão de Observação das Nações Unidas em Serra Leoa (UNOMSIL);
- 44- de outubro de 1999 a dezembro de 2005: Missão das Nações Unidas em Serra Leoa (UNAMSIL);
- 45- de outubro de 1999 a maio de 2002: Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET);
- 46- de novembro de 1999 a junho de 2010: Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC);
- 47- de julho de 2000 a julho de 2008: Missão das Nações Unidas na Etiópia e na Eritreia (UNMEE);
- 48- de maio de 2002 a maio de 2005: Missão de Apoio das Nações Unidas no Timor-Leste (UNMISSET);

- 49- de maio de 2003 a abril de 2004: Missão das Nações Unidas na Costa do Marfim (MINUCI);
- 50- de setembro de 2003 a março de 2018: Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL);
- 51- de abril de 2004 a maio de 2017: Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (UNOCI);
- 52- de junho de 2004 a outubro de 2017: Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH);
- 53- de junho de 2004 a dezembro de 2006: Operação das Nações Unidas no Burundi (ONUB);
- 54- de março de 2005 a julho de 2011: Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS);
- 55- de agosto de 2006 a dezembro de 2012: Missão Integrada das Nações Unidas no Timor-Leste (UNMIT);
- 56- de setembro de 2007 a dezembro de 2010: Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana e no Chade (MINURCAT); e
- 57- de abril a agosto de 2012: Missão de Supervisão das Nações Unidas na Síria (UNSMIS).

Em curso:

- 1- desde maio de 1948: Organização de Supervisão de Trégua das Nações Unidas (UNTSO);
- 2- desde janeiro de 1949: Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas para Índia e Paquistão (UNMOGIP);
- 3- desde março de 1964: Força das Nações Unidas para Manutenção da Paz no Chipre (UNFICYP);
- 4- desde junho de 1974: Força das Nações Unidas de Observadores do Desengajamento (UNDOF);
- 5- desde março de 1978: Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL);
- 6- desde abril de 1991: Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO);
- 7- desde junho de 1999: Missão das Nações Unidas de Administração Interina no Kosovo (UNMIK);

- 8- desde julho de 2007: Operação Híbrida da União Africana e das Nações Unidas em Darfur (UNAMID);
- 9- desde julho de 2010: Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO);
- 10- desde junho de 2011: Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei (UNISFA);
- 11- desde julho de 2011: Missão das Nações Unidas na República do Sudão do Sul (UNMISS);
- 12- desde abril de 2013: Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para Estabilização no Mali (MINUSMA);
- 13- desde abril de 2014: Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para Estabilização na República Centro-africana (MINUSCA); e
- 14- desde outubro de 2017: Missão das Nações Unidas para o apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH).

A perspectiva de participação de tropa brasileira na MONUSCO: oportunidades x riscos

Este instrumento de pesquisa é parte do Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado pelo Maj Inf ALBERTO DANÚBIO MANFRA JÚNIOR à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

O estudo tem por objetivo refletir sobre a perspectiva de uma participação do Brasil, como país contribuinte com tropa, na Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), concluindo sobre os aspectos positivos (oportunidades) e as vulnerabilidades (riscos) decorrentes, bem como quanto a viabilidade, ou não, da participação de tropa do Brasil na citada missão de paz da ONU.

A intenção deste questionário é coletar pontos de vista individuais, com base nas experiências profissionais próprias, vivenciadas em Operações de Paz sob a égide da ONU, ou junto à Missão de Segurança da Embaixada do Brasil na República Democrática do Congo (Destacamento DIAMANTE), ou, ainda, na elaboração de trabalhos acadêmicos sobre a temática das Operações de Paz da ONU, de modo a obter PERCEPÇÕES de militares do EB e de professores e estudiosos do tema.

Seu público-alvo compreende:

- a. Oficiais-Generais do Exército Brasileiro que tenham exercido (ou estejam exercendo) a função de "Force Commander" em Missões de Paz da ONU, no Haiti e/ou na RD Congo;
- b. Oficiais Superiores do Exército Brasileiro que tenham exercido (ou estejam exercendo) a função de "Staff Officer" e/ou "Military Observer" em Missões de Paz da ONU;
- c. Oficiais e Praças do Exército Brasileiro que tenham participado (ou estejam participando) da MONUSCO;
- d. Oficiais e Praças do Exército Brasileiro que tenham participado (ou estejam participando) do Destacamento DIAMANTE; e
- e. Acadêmicos que estudam a temática das Operações de Paz da ONU.

Agradeço, antecipadamente, pela contribuição prestada.

***Obrigatório**

1.

Endereço de e-mail *

2.

Posto/Graduação (militar) ou Grau Acadêmico (civil):

3.

OM atual (militar) ou Instituição de vinculação (civil):

4.

Nome de Guerra (militar) ou Nome Completo (civil):

5.

Cargo ou Função:

6.

Qual a sua experiência profissional sobre o assunto investigado?

1. ASPECTOS POSITIVOS (OPORTUNIDADES) PARA O BRASIL

7.

a. Para cada um dos aspectos listados abaixo, assinale a opção "SIM", se o senhor considerar o mesmo uma afirmação válida, ou assinale a opção "NÃO", se o senhor considerar o mesmo uma afirmação não válida. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	SIM	NÃO
1- projeção política internacional (brazilian soft power)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2- aumento do protagonismo e do prestígio na ONU (a exemplo do caso de sucesso no Haiti)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3- dissuasão: desdobramento de tropas em outro continente com meios de suas próprias Forças Armadas, demonstrando ao mundo a capacidade brasileira de projetar poder	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4- recuperar status de 2º maior contribuinte com tropa em missões de paz da ONU, dentre os países da América Latina (status compatível com a estatura política estratégica do Brasil) [no século XXI, apenas em 2011 e 2012, o efetivo do Brasil em missão de paz esteve à frente do Uruguai]	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5- abertura de mercado para negócios brasileiros na África	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6- estabelecimento de novas políticas de cooperação com a RD Congo, e fortalecimento das já existentes, angariando a simpatia deste importante país africano e, por conseguinte, dos demais países do entorno (African Union, ICGLR, SADC) – estreitar laços de cooperação e amizade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7- ocupação de espaço político no entorno estratégico (ação de presença) x contraponto a presença chinesa no Atlântico Sul	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8- contribuição para o fortalecimento dos Direitos Humanos no mundo (esforço coletivo)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9- contribuição para a manutenção da paz e da segurança no Atlântico Sul (entorno estratégico), construindo ambiente cooperativo sob a égide da ZOPACAS	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

8.

b. Dos aspectos apresentados, classifique os 3 que o senhor julgou mais relevantes em uma ordem de prioridade (Prio) de 1 a 3. Para todos os demais, assinale "Não é o caso". *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Prio 1	Prio 2	Prio 3	Não é o caso
1- projeção política internacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2- aumento do protagonismo e do prestígio na ONU	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3- dissuasão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4- recuperar status de 2º maior contribuinte com tropa em missões de paz da ONU, dentre os países da AL	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5- abertura de mercado na África	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6- estreitar laços de cooperação e amizade com a RD Congo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7- ocupação de espaço político no entorno estratégico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8- contribuição para o fortalecimento dos Direitos Humanos no mundo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9- contribuição para a manutenção da paz e da segurança no Atlântico Sul (ZOPACAS)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

9.

c. O senhor gostaria de acrescentar algo relativo a algum dos aspectos? Se sim, utilize o espaço abaixo. (sua contribuição é muito importante)

10.

d. O senhor gostaria de acrescentar algum novo aspecto positivo, além dos apresentados? Se sim, utilize o espaço abaixo. (sua contribuição é muito importante)

2. VULNERABILIDADES (RISCOS) PARA O BRASIL

11.

a. Para cada um dos aspectos listados abaixo, assinale a opção "É UM RISCO", se o senhor considerar que o mesmo procede, ou seja, que a vulnerabilidade existe. Do contrário, selecione a opção "NÃO É UM RISCO". *

Marcar apenas uma oval por linha.

	É UM RISCO	NÃO É UM RISCO
1- possibilidade de gastos elevados do governo brasileiro x repasses insuficientes da ONU (de 2004 a 2015, o deficit na MINUSTAH foi superior a U\$ 750 milhões. Fonte: LBDN, 2016 – versão preliminar)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2- possibilidade de término da MONUSCO (mandato renovado até 20 DEZ 19 com foco prioritário na transferência de tarefas para o governo congolês e no planejamento de uma retirada responsável e sustentável da missão)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3- gastos do governo brasileiro x possibilidade de término da MONUSCO	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4- perda do status de neutralidade em função de intrometimento nas questões políticas da Região dos Grandes Lagos Africanos e entorno (African Union, ICGLR, SADC)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5- embaraços com países da CPLP (a exemplo de Angola, que possui significativos interesses na RD Congo)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6- possibilidade de aumento significativo de imigração desordenada de congolezes para o Brasil, em busca de melhores condições de vida (a exemplo das levadas de imigrantes haitianos que adentraram no Brasil nos últimos 15 anos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7- conflito político interno: envio de contingente para missão externa ao território nacional x demandas diversas do país (proteção da Amazônia, GLO, alocação de recursos orçamentários para outras áreas, entre outros)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

12.

b. Dos riscos apresentados, classifique os 3 que o senhor julgou mais relevantes em uma ordem de prioridade (Prio) de 1 a 3. Para todos os demais, assinale "Não é o caso". *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Prio 1	Prio 2	Prio 3	Não é o caso
1- possibilidade de gastos elevados do governo brasileiro x repasses insuficientes da ONU	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2- possibilidade de término da MONUSCO	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3- gastos do governo brasileiro x possibilidade de término da MONUSCO	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4- perda do status de neutralidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5- embaraços com países da CPLP	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6- possibilidade de aumento significativo de imigração desordenada de congolezes para o Brasil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7- conflito político interno ao Brasil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

13.

c. O senhor gostaria de acrescentar algo relativo a algum dos aspectos? Se sim, utilize o espaço abaixo. (sua contribuição é muito importante)

14.

d. O senhor gostaria de acrescentar algum novo risco, além dos apresentados? Se sim, utilize o espaço abaixo. (sua contribuição é muito importante)

3. ASPECTOS POSITIVOS (OPORTUNIDADES) PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO

15.

a. Para cada um dos aspectos listados abaixo, assinale a opção "SIM", se o senhor considerar o mesmo uma afirmação válida, ou assinale a opção "NÃO", se o senhor considerar o mesmo uma afirmação não válida. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	SIM	NÃO
1- suprir a "lacuna" surgida com o término da MINUSTAH (tal missão proporcionou resultados muito relevantes para o EB e o seu encerramento traz grandes expectativas quanto ao próximo emprego de tropa em missão de paz)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2- manter o nível de excelência alcançado pelo CCOPAB, desenvolvido em razão direta do emprego da tropa brasileira na MINUSTAH (a manutenção de contingente brasileiro em missão de paz reforça a credibilidade do Centro e o mantém conectado ao que existe de mais atual na área)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3- proporcionar experiência prática aos militares de carreira (oficiais e sargentos, multiplicadores da instrução nos corpos de tropa) => impacto direto na liderança, no desenvolvimento da mentalidade operacional e motivadores dos subordinados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4- angariar ganhos estruturais e logísticos (MEM) na busca de vencer o desafio de desdobrar tropas em outro continente (do outro lado do Oceano Atlântico)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5- possibilidade de interagir com tropas de outros países no âmbito da MONUSCO (mais de 10 países diferentes) => impacto direto na motivação dos quadros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6- oportunidade de atuar em ambiente operacional similar ao da Floresta Amazônica (a Floresta do Congo é a segunda maior floresta equatorial do mundo)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7- oportunidade de aumentar a interoperabilidade do EB com a MB e a FAB (face ao desdobramento de tropas e correspondente apoio logístico, bem como à possibilidade de atuação conjunta com o CFN/MB)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8- oportunidade de apoiar a PEB, cumprindo sua missão de participar de operações internacionais de paz e de ajuda humanitária (atribuição subsidiária, prevista em lei)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9- oportunidade de empregar tropas específicas dos CMA e CMN em Op Paz, em função do Amb Op da RD Congo (espaço para desenvolvimento e fortalecimento das	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

SIM NÃO

correspondentes TTP específicas do combate na selva)

10- oportunidade de alavancar o subprojeto "Preparação de força de valor Brigada para atuar em missões de paz ou como força expedicionária" (inserido no Projeto Prioritário do Exército Nº 2 – Capacidade de Atuar Fora do Território Nacional)

11- oportunidade de focar no Objetivo Estratégico do Exército Nr 2 (OEE 2) "Ampliar a projeção do Exército no cenário internacional" (O Exército deverá ter capacidade de projeção de poder, constituindo uma Força, quer expedicionária, quer para operações de paz, ou de ajuda humanitária, para atender compromissos assumidos sob a égide de organismos internacionais ou para salvaguardar interesses brasileiros no exterior)

12- tirar proveito da facilidade momentânea: Gen ELIAS (atual MONUSCO Force Commander), bem como seu respectivo staff (oficiais e praças do EB); além da equipe de instrução de Guerra na Selva desdobrada na RD Congo, atualmente incumbida de treinar militares da MONUSCO; e, altamente relevante, ainda, as experiências do Gen SANTOS CRUZ (MONUSCO FC por 2 anos e seis meses) e suas 2 equipes sucessivas de staff com experiência na missão, bem como os militares do EB que integraram ou estão integrando o Destacamento DIAMANTE, estabelecido em Kinshasa desde 2006

16.

b. Dos aspectos apresentados, classifique os 3 que o senhor julgou mais relevantes em uma ordem de prioridade (Prio) de 1 a 3. Para todos os demais, assinale "Não é o caso". *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Prio 1	Prio 2	Prio 3	Não é o caso
1- suprir a "lacuna" surgida com o término da MINUSTAH	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2- manter o nível de excelência alcançado pelo CCOPAB	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3- proporcionar experiência prática aos militares de carreira	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4- angariar ganhos estruturais e logísticos (MEM)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5- possibilidade de interagir com tropas de outros países no âmbito da MONUSCO	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6- oportunidade de atuar em Amb Op similar ao da Floresta Amazônica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7- oportunidade de aumentar a interoperabilidade do EB com a MB e a FAB	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8- oportunidade de apoiar a PEB	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9- oportunidade de empregar tropas específicas dos CMA e CMN em Op Paz	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10- oportunidade de alavancar o subprojeto "Preparação de força de valor Brigada para atuar em missões de paz ou como força expedicionária"	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11- oportunidade de focar no OEE 2 "Ampliar a projeção do Exército no cenário internacional"	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12- tirar proveito da facilidade momentânea (muitos militares do EB com experiência recente e atual na RD Congo)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

17.

c. O senhor gostaria de acrescentar algo relativo a algum dos aspectos? Se sim, utilize o espaço abaixo. (sua contribuição é muito importante)

18.

d. O senhor gostaria de acrescentar algum novo aspecto positivo, além dos apresentados? Se sim, utilize o espaço abaixo. (sua contribuição é muito importante)

4. VULNERABILIDADES (RISCOS) PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO

19.

a. Para cada um dos aspectos listados abaixo, assinale a opção "É UM RISCO", se o senhor considerar que o mesmo procede, ou seja, que a vulnerabilidade existe. Do contrário, selecione a opção "NÃO É UM RISCO". *

Marcar apenas uma oval por linha.

	É UM RISCO	NÃO É UM RISCO
1- exposição dos militares do EB a doenças endêmicas e/ou epidêmicas (a exemplo do ebola que, no último surto da doença, levou a óbito mais de 1800 pessoas entre agosto de 2018 e agosto de 2019, na região leste da RD Congo)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2- risco elevado de morte de militares do EB em combate (a exemplo do ataque a uma Base da Tanzânia, de nível SU, em Semuliki, no dia 7 de dezembro de 2017, que deixou 15 vítimas fatais e mais 56 feridos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3- exposição de militares do EB à denúncia de crimes contra os Direitos Humanos, o Direito Internacional Humanitário, o Direito Internacional dos Conflitos Armados (a exemplo de situações em que possam vir a combater grupos armados que empregam "child soldiers")	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4- risco considerável de ocorrência de catástrofes naturais, como enchentes, deslizamentos de terra, terremotos e erupções vulcânicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5- risco do contingente brasileiro (BRABAT) ser subempregado ou exposto a riscos desnecessários, em razão de interesses escusos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6- exposição dos militares do EB a atos terroristas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7- "esvaziamento" das OM do EB contribuintes com efetivos para o contingente brasileiro por grandes períodos (durante a preparação, o emprego e a desmobilização)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

20.

b. Dos riscos apresentados, classifique os 3 que o senhor julgou mais relevantes em uma ordem de prioridade (Prio) de 1 a 3. Para todos os demais, assinale "Não é o caso". *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Prio 1	Prio 2	Prio 3	Não é o caso
1- exposição dos militares do EB a doenças endêmicas e/ou epidêmicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2- risco elevado de morte de militares do EB em combate	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3- exposição de militares do EB à denúncia de crimes contra os DH, o DIH, ou o DICA	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4- risco considerável de ocorrência de catástrofes naturais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5- risco do contingente brasileiro (BRABAT) ser subempregado ou exposto a riscos desnecessários	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6- exposição dos militares do EB a atos terroristas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7- "esvaziamento" das OM do EB contribuintes com efetivos para o contingente brasileiro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

21.

c. O senhor gostaria de acrescentar algo relativo a algum dos aspectos? Se sim, utilize o espaço abaixo. (sua contribuição é muito importante)

22.

d. O senhor gostaria de acrescentar algum novo risco, além dos apresentados? Se sim, utilize o espaço abaixo. (sua contribuição é muito importante)

5. PARTICIPAÇÃO DE TROPA DO BRASIL NA MONUSCO (PERSPECTIVA)

23.

Das percepções do senhor sobre o tema (em sua opinião), a participação de tropa do Brasil na MONUSCO é viável? Apresente suas considerações. (sua contribuição é muito importante) *

Envie para mim uma cópia das minhas respostas.

Powered by



Anexo CHARLIE

RESULTADO DAS RESPOSTAS ÀS QUESTÕES OBJETIVAS DA PESQUISA (elaboração do autor utilizando dados da ferramenta Google Forms, conforme o formulário modelo – Anexo BRAVO)

1. ASPECTOS POSITIVOS (OPORTUNIDADES) PARA O BRASIL

ASPECTO	CONSIDERADO VÁLIDO ¹		RELEVÂNCIA ²
	SIM (%)	NÃO (%)	
1- projeção política internacional (brazilian soft power)	100	0	Prio 1 - 16
2- aumento do protagonismo e do prestígio na ONU (a exemplo do caso de sucesso no Haiti)	97	3	Prio 1 - 11
3- dissuasão: desdobramento de tropas em outro continente com meios de suas próprias Forças Armadas, demonstrando ao mundo a capacidade brasileira de projetar poder	94	6	Prio 3 - 10
4- recuperar status de 2º maior contribuinte com tropa em missões de paz da ONU, dentre os países da América Latina (status compatível com a estatura político estratégica do Brasil) [no século XXI, apenas em 2011 e 2012, o efetivo do Brasil em missão de paz esteve à frente do Uruguai]	77	23	Prio 3 - 5
5- abertura de mercado para negócios brasileiros na África	64	36	Prio 3 - 5
6- estabelecimento de novas políticas de cooperação com a RD Congo, e fortalecimento das já existentes, angariando a simpatia deste importante país africano e, por conseguinte, dos demais países do entorno (African Union, ICGLR, SADC) – estreitar laços de cooperação e amizade	77	23	Prio 3 - 4
7- ocupação de espaço político no entorno estratégico (ação de presença) x contraponto a presença chinesa no Atlântico Sul	74	26	Prio 2 - 7
8- contribuição para o fortalecimento dos Direitos Humanos no mundo (esforço coletivo)	87	13	Prio 1 - 4
9- contribuição para a manutenção da paz e da segurança no Atlântico Sul (entorno estratégico), construindo ambiente cooperativo sob a égide da ZOPACAS	81	19	Prio 2 - 5

1- porcentagem de respostas que consideraram o aspecto válido, ou não, em um universo de 31 entrevistados.

2- prioridade que o aspecto, sendo considerado válido, recebeu o maior número de escolhas.

2. VULNERABILIDADES (RISCOS) PARA O BRASIL

ASPECTO	CONSIDERADO VÁLIDO ¹		RELEVÂNCIA ²
	SIM (%)	NÃO (%)	
1- possibilidade de gastos elevados do governo brasileiro x repasses insuficientes da ONU (de 2004 a 2015, o deficit na MINUSTAH foi superior a U\$ 750 milhões. Fonte: LBDN, 2016 – versão preliminar)	90	10	Prio 1 - 9
2- possibilidade de término da MONUSCO (mandato renovado até 20 DEZ 19 com foco prioritário na transferência de tarefas para o governo congolês e no planejamento de uma retirada responsável e sustentável da missão)	58	42	Prio 2 - 7

3- gastos do governo brasileiro x possibilidade de término da MONUSCO	74	26	Prio 2 - 11
4- perda do status de neutralidade em função de intrometimento nas questões políticas da Região dos Grandes Lagos Africanos e entorno (African Union, ICGLR, SADC)	23	77	Prio 3 - 5
5- embaraços com países da CPLP (a exemplo de Angola, que possui significativos interesses na RD Congo)	16	84	Prio 1 - 2
6- possibilidade de aumento significativo de imigração desordenada de congolezes para o Brasil, em busca de melhores condições de vida (a exemplo das levas de imigrantes haitianos que adentraram no Brasil nos últimos 15 anos)	45	55	Prio 2 - 5
7- conflito político interno: envio de contingente para missão externa ao território nacional x demandas diversas do país (proteção da Amazônia, GLO, alocação de recursos orçamentários para outras áreas, entre outros)	65	35	Prio 1 - 8

3. ASPECTOS POSITIVOS (OPORTUNIDADES) PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO

ASPECTO	CONSIDERADO VÁLIDO ¹		RELEVÂNCIA ²
	SIM (%)	NÃO (%)	
1- suprir a “lacuna” surgida com o término da MINUSTAH (tal missão proporcionou resultados muito relevantes para o EB e o seu encerramento traz grandes expectativas quanto ao próximo emprego de tropa em missão de paz)	94	6	Prio 2 - 7
2- manter o nível de excelência alcançado pelo CCOPAB, desenvolvido em razão direta do emprego da tropa brasileira na MINUSTAH (a manutenção de contingente brasileiro em missão de paz reforça a credibilidade do Centro e o mantém conectado ao que existe de mais atual na área)	90	10	Prio 3 - 5
3- proporcionar experiência prática aos militares de carreira (oficiais e sargentos, multiplicadores da instrução nos corpos de tropa) => impacto direto na liderança, no desenvolvimento da mentalidade operacional e motivadores dos subordinados	100	0	Prio 1 - 15
4- angariar ganhos estruturais e logísticos (MEM) na busca de vencer o desafio de desdobrar tropas em outro continente (do outro lado do Oceano Atlântico)	94	6	Prio 2 - 8
5- possibilidade de interagir com tropas de outros países no âmbito da MONUSCO (mais de 10 países diferentes) => impacto direto na motivação dos quadros	100	0	Prio 1 - 5
6- oportunidade de atuar em ambiente operacional similar ao da Floresta Amazônica (a Floresta do Congo é a segunda maior floresta equatorial do mundo)	94	6	Prio 1 - 8
7- oportunidade de aumentar a interoperabilidade do EB com a MB e a FAB (face ao desdobramento de tropas e correspondente apoio logístico, bem como à possibilidade de atuação conjunta com o CFN/MB)	90	10	Prio 3 - 5
8- oportunidade de apoiar a PEB, cumprindo sua missão de participar de operações internacionais de paz e de ajuda humanitária (atribuição subsidiária, prevista em lei)	94	6	Prio 2 - 7
9- oportunidade de empregar tropas específicas dos CMA e CMN em Op Paz, em função do Amb Op da RD Congo (espaço para desenvolvimento e fortalecimento das correspondentes TTP específicas do combate na selva)	84	16	Prio 1 - 4

10- oportunidade de alavancar o subprojeto "Preparação de força de valor Brigada para atuar em missões de paz ou como força expedicionária" (inserido no Projeto Prioritário do Exército Nº 2 – Capacidade de Atuar Fora do Território Nacional)	97	3	Prio 2 - 7
11- oportunidade de focar no Objetivo Estratégico do Exército Nr 2 (OEE 2) "Ampliar a projeção do Exército no cenário internacional" (O Exército deverá ter capacidade de projeção de poder, constituindo uma Força, quer expedicionária, quer para operações de paz, ou de ajuda humanitária, para atender compromissos assumidos sob a égide de organismos internacionais ou para salvaguardar interesses brasileiros no exterior)	97	3	Prio 1 - 7
12- tirar proveito da facilidade momentânea: Gen ELIAS (atual MONUSCO Force Commander), bem como seu respectivo staff (oficiais e praças do EB); além da equipe de instrução de Guerra na Selva desdobrada na RD Congo, atualmente incumbida de treinar militares da MONUSCO; e, altamente relevante, ainda, as experiências do Gen SANTOS CRUZ (MONUSCO FC por 2 anos e seis meses) e suas 2 equipes sucessivas de staff com experiência na missão, bem como os militares do EB que integraram ou estão integrando o Destacamento DIAMANTE, estabelecido em Kinshasa desde 2006	90	10	Prio 1 - 4

4. VULNERABILIDADES (RISCOS) PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO

ASPECTO	CONSIDERADO VÁLIDO ¹		RELEVÂNCIA ²
	SIM (%)	NÃO (%)	
1- exposição dos militares do EB a doenças endêmicas e/ou epidêmicas (a exemplo do ebola que, no último surto da doença, levou a óbito mais de 1800 pessoas entre agosto de 2018 e agosto de 2019, na região leste da RD Congo)	97	3	Prio 1 - 11
2- risco elevado de morte de militares do EB em combate (a exemplo do ataque a uma Base da Tanzânia, de nível SU, em Semuliki, no dia 7 de dezembro de 2017, que deixou 15 vítimas fatais e mais 56 feridos)	97	3	Prio 1 - 19
3- exposição de militares do EB à denúncia de crimes contra os Direitos Humanos, o Direito Internacional Humanitário, o Direito Internacional dos Conflitos Armados (a exemplo de situações em que possam vir a combater grupos armados que empregam "child soldiers")	58	42	Prio 2 - 6
4- risco considerável de ocorrência de catástrofes naturais, como enchentes, deslizamentos de terra, terremotos e erupções vulcânicas	39	61	Prio 3 - 7
5- risco do contingente brasileiro (BRABAT) ser subempregado ou exposto a riscos desnecessários, em razão de interesses escusos	35	65	Prio 2 - 5
6- exposição dos militares do EB a atos terroristas	58	42	Prio 3 - 7
7- "esvaziamento" das OM do EB contribuintes com efetivos para o contingente brasileiro por grandes períodos (durante a preparação, o emprego e a desmobilização)	26	74	Prio 3 - 4

M276p

Manfra Júnior, Alberto Danúbio.

A perspectiva de participação de tropa brasileira na MONUSCO: oportunidades x riscos / Alberto Danúbio Manfra Júnior. — 2019. 94 f.; 30 cm.

Orientação: Nelson Angelo de Oliveira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

Bibliografia: f. 72-74.

1. EXÉRCITO BRASILEIRO. 2. MISSÕES DE PAZ. 3. MONUSCO. 4. ONU. I. Título.

CDD 355.476751